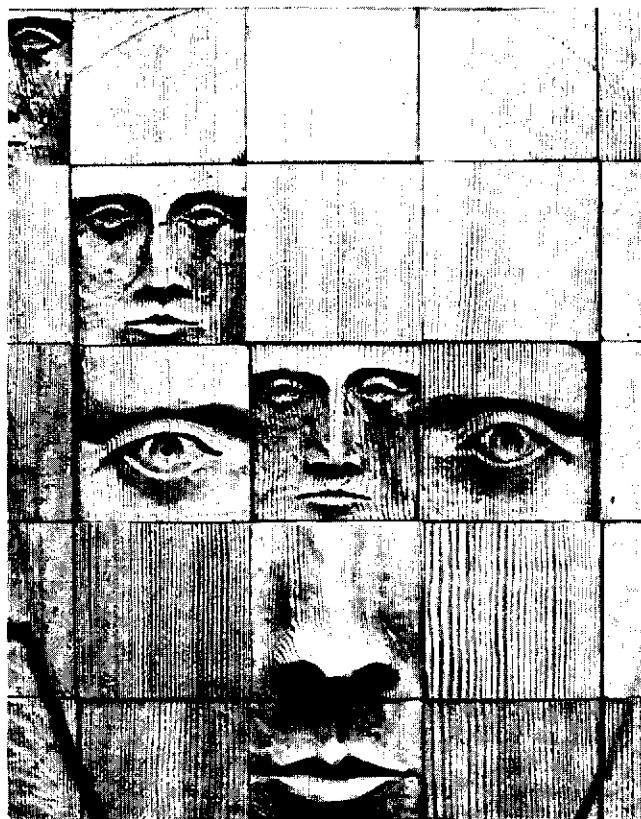
ESTUDOS E PESQUISAS

A produção de si mesmo

João Bernardo Maia Viegas SOARES

*"A Produção de Si Mesmo" é o título global do artigo de João Bernardo, intelectual português, autor de várias obras.**

Esse título abrange quatro palestras por ele efetuadas na Faculdade de Educação da UFMG nos dias 04, 06, 11 e 13 de outubro de 1988, paralelamente ao curso de "Economia dos Conflitos Sociais" que ministrou no Curso de Mestrado em Educação, no mesmo período. As duas primeiras palestras referem-se à educação na formação da força de trabalho; a terceira à educação na formação das classes capitalistas e, finalmente, a quarta mostra-nos a educação e as contradições sociais resultantes dos processos de formação dos trabalhadores e dos capitalistas.

Neste artigo, contrariando as análises clássicas, que consideram a produção / reprodução da força de trabalho como um processo exterior à produção capitalista, o autor propõe um modelo onde a formação do trabalhador é não só inserida desde o início no sistema capitalista de produção como encarada no mesmo nível que a produção de qualquer bem ou serviço. Mas o modelo se amplia: permite ver a formação de pessoas produtoras e pessoas improdutivas – formação das classes capitalistas. E mais, se o processo de produção de pessoas é inserido na esfera da produção, ele é ncessariamente inserido no âmbito da mais-valia e, por conseguinte, regido pela lei do valor.

Oder José dos Santos
Prof. da Faculdade de Educação / UFMG

---

* Obras de João Bernardo: *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto, Afrontamento, 1975; *Marx crítico de Marx*. Porto, Afrontamento, 1977, 3v.; *O inimigo oculto:* ensaio sobre a luta de classes – manifesto antiecológico. Porto, Afrontamento, 1978.

No Brasil tem publicado: O proletariado como produtor e produto. *Revista de Economia Política*, São Paulo, *5* (3): 83-100, jul./set. 1985; Gestores, Estado e capitalismo de Estado. *Ensaio*, São Paulo (14): 85-104, jul. 1985; Autonomia nas lutas operárias. In: BRUNO, Lúcia & SACCARDO, Cleusa, coords. *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo, Atlas, 1986; *Capital, sindicatos, gestores*. São Paulo, Vértice, 1987.

"A EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO" - I

Vou falar da Educação como um dos aspectos das condições sociais e materiais necessárias no capitalismo para que existam trabalhadores. Neste momento, e na palestra seguinte, falarei exclusivamente da educação do trabalhador, porque falarei exclusivamente do problema da formação da classe trabalhadora. Depois, em outra palestra, abordarei o problema da formação dos capitalistas e, aí, a educação terá também o seu papel a desempenhar. Portanto, eu não me centrarei hoje nos aspectos ideológicos e na veiculação da ideologia. Não começarei por aí. Isso fica para o fim, para a última das palestras, se ficar...

O que lhes peço é que, hoje, centrem a atenção no problema da educação como aquisição de dados comportamentos sociais, como de dadas técnicas específicas e como aquisição de capacidde para posterior aquisição de técnicas. São duas coisas diferentes: adquirir desde o início técnicas específicas, ou adquirir uma capacidade genérica que permite posteriormente, num curto espaço de tempo, adaptar-se a uma técnica ou a outra.

Usualmente, a questão da formação dos trabalhadores é relegada do campo econômico. Usualmente, na economia, não se analisa a formação dos trabalhadores. É uma questão que se deixa no âmbito do privado, do familiar, da escola, entendida freqüentemente como uma extensão da família; e, então, a economia preocupa-se com o trabalhador a partir do momento em que o trabalhador está formado, ou seja, a partir do seu assalariamento. Para a visão econômica usual essa esfera doméstica e escolar relaciona-se com a esfera econômica atrvés de dois tipos de mercado. Por um lado, o mercado de bens de consumo, os bens que o menino que vai ser trabalhador tem que consumir, mais ou menos, se quer chegar a trabalhador, e não morrer enquanto menino: teto, uns certos alimentos, um certo vestuário. Por outro lado o mercado dito da formação de trabalho; isto é, quando o menino se torna trabalhador e começa a assalariar-se. Com raras exceções, é assim que a questão é considerada.

Eu vou partir de um ponto de vista inteiramente oposto. Vou propor um modelo de análise em que a formação do trabalhador é incluída desde o início no sistema capitalista de produção. Isto é, vou propor um modelo de análise em que a formação do trabalhador é encarada no mesmo nível que a produção de qualquer bem ou serviço. É preciso, portanto, ter isso claramente na cabeça, para que o que vou dizer a seguir não apareça como absolutamente paradoxal, mesmo que possa aparecer como estranho. Vou considerar, portanto, que cada nova geração de trabalhadores é igual ao que eu poderia chamar de trabalhadores-output, para empregar esse vocábulo corrente da terminologia econômica. Como qualquer outro produto, o trabalhador-output, o menino, o jovem, o trabalhador em formação, é produzido por força de trabalho; por conseguinte, nós temos a produção de trabalhadores através de trabalhadores.

Vamos distinguir duas esferas dessa produção: uma, a esfera doméstica, a família; outra esfera, especializada, ou seja, a escola, no sentido lato. A tudo aquilo que faça um treinamento, visando à futura profissão, fora do doméstico, chamarei escola.[1]

A relação entre a família e a escola depende de um grande número de fatores. Por exemplo, quanto mais os membros da família se assalariarem em empresas, mais o jovem trabalhador terá que ser formado por instituições especializadas, menos pessoas existirão em casa para o formar. E a situação inversa: quanto menos membros da família se assalariarem em empresas, mais pessoas estarão disponíveis para formar o jovem trabalhador. Aquela relação depende também, por exemplo, do mercado de bens de consumo já preparados, do mercado de aspiradores e esse gênero de coisas que substituem a mulher no trabalho do lar. Quanto mais mulheres se assalariarem nas empresas, mais pressão existirá para que se possa adquirir no mercado comida já feita, que se possam adquirir no mercado os substitutos mecânicos do trabalho doméstico; por conseguinte, mais pressão existirá para que as mulheres se assalariem mais ainda nas empresas e, por conseguinte, mais pressão existirá para que as instituições especializadas assumam um papel crescente na formação da força de trabalho futura. Na realidade, existe ainda um outro mecanismo, que julgo ser o fundamental, que leva à diminuição do papel da família e ao aumento do papel da escola. Mas tentarei explicá-lo na continuação.

Quanto à escola, há ainda um problema que se pode analisar. A cargo de quem estão essas instituições especializadas? Estarão elas a cargo do Estado tradicional, do aparelho de Estado clássico, daquilo que eu chamo de Estado Restrito, enfim, daquilo que comumente se chama de aparelho do Estado? Ou estão a cargo das grandes empresas? Quer dizer, a instituição especializada aparece como pública ou como particular? Há que considerar, ainda, que por vezes a própria instituição especializada possa aparecer como empresa lucrativa, ela própria. Em outros casos, são as grandes empresas que fazem as instituições especializadas da formação de força de trabalho. Há no Brasil o caso impressionante e concentracionário do Banco Brasileiro de Descontos - BRADESCO, sobre o qual já se tem um livro editado em São Paulo recentemente. Chamo-lhes a atenção para esse livro, que dá um número de informações e detalhes sobre o sistema de ensino e controle dessa força de trabalho em formação dentro do BRADESCO e que é... Não sei que adjetivo empregar, porque quando se criaram os adjetivos o BRADESCO ainda não estava criado! Então, a cargo de quem está a escola? Isso depende da evolução no interior do capitalismo. Em geral, hoje nós assistimos a uma transferência do público para o privado nessas instituições especializadas de formação da força de trabalho.

Mas esses problemas não são fundamentais para o que eu aqui queria dizer. Indiquei-os apenas para aproximação do modelo, para ilustrar um pouco as suas várias facetas. O que é fundamental é que eu, até agora, referi a força de trabalho em criação, as novas gerações, como um agregado econômico, quer dizer, como um conjunto. Porém é fundamental, em economia capitalista, considerar ao mesmo tempo os conjuntos e o número de unidades componentes de cada conjunto. Todos sabem que se, num dado tempo de trabalho, produzir-se um número *n* de unidades e posteriormente, no mesmo tempo de trabalho, produzir-se um número que for *nxx*, a produtividade aumentou neste caso. E sabemos que embora o valor do agregado seja o mesmo, o valor de cada um dos componentes do agregado diminui. Portanto, se eu estou a pretender analisar a produção dos trabalhadores no mesmo nível em que pretendo analisar a produção de quaisquer outros bens ou serviços, tenho então de pensar que esses trabalhadores incorporaram valor e mais-valia tal como qualquer outro bem ou serviço; que se no mesmo tempo de trabalho doméstico e no mesmo tempo de trabalho escolar for produzido um número de trabalhadores idêntico, a produtividade na produção dos trabalhadores mantém-se; se for produzido no mesmo tempo um maior número, a produtividade aumenta e se for produzido no mesmo tempo um número menor de trabalhadores, a produtividade diminui. Vou formular esta última frase ao contrário: se for aumentado o tempo com que se produz o mesmo número de trabalhadores, a produtividade diminui.

Posto isso, que é o problema mais elementar da produtividade, nós temos duas situações básicas: a situação do país desenvolvido, com uma produtividade elevada e em crescimento; e a situação de uma produtividade estagnada, ou desenvolvendo-se muito pouco, por vezes até em diminuição. Em termos econômicos dir-se-á que essa situação, dos países

1 No debate que se seguiu a esta palestra o Prof. Miguel Arroyo salientou a importância que o meio social mais amplo, nomeadamente o enquadramento urbano, tem na formação da força de trabalho, devendo-se, portanto, considerar essa como uma terceira esfera na produção de trabalhadores.

mais desenvolvidos, é uma situação em que prevalece a mais-valia relativa e que na outra prevalece a mais-valia absoluta. Vocês podem presumir que não há lugar nenhum do mundo onde vigorem essas situações puras. Qualquer país, qualquer região, mesmo qualquer empresa articula elementos de uma com elementos de outra, mas nunca mais acabaríamos se fôssemos analisar todas essas nuances. Portanto, tenho de restringir-me aos termos-limite de um modelo, que são os de uma situação em que prevalece uma alta produtividade, e de uma situação em que prevalece uma baixa produtividade.

Vamos ver o que acontece numa situação em que prevalece uma alta produtividade. Nos países europeus mais desenvolvidos, por exemplo, existe uma acentuada taxa de crescimento dos salários reais. Isso é conseqüência do aumento da produtividade e, por outro lado, pressiona os capitalistas, os administradores das empresas, a aumentar mais ainda a produtividade. E que significa isso? Significa que em cada ramo de produção, particularmente considerado, o número de trabalhadores, relativamente à maquinaria instalada e relativamente aos bens produzidos, vai diminuindo. Ao mesmo tempo, vão-se abrindo novos ramos de produção e é isso que caracteriza o chamado crescimento econômico: os trabalhadores são libertados de um ramo de produção e precipitados para outros. Se os ramos de produção novos forem-se abrindo no mesmo ritmo em que a força de trabalho vai diminuindo nos existentes, o desemprego não aumenta, se o ritmo for menor, haverá desemprego. Mas para a conclusão a que quero chegar, o que interessa é que a percepção empírica normal de qualquer família trabalhadora é a de que na empresa em que cada um trabalha o número de trabalhadores vai diminuindo. Este é um dos elementos que mais fortemente pressiona à redução da taxa de natalidade. A demografia não é algo de extra-econômico ou de natural, algo que se possa reduzir ou aumentar através dos programas exclusivamente populacionais do Banco Mundial. A demografia é um resultado de uma situação econômica genérica, e um dos elementos que leva à redução da taxa de natalidade nos países de maior crescimento econômico é precisamente o fato de cada família trabalhadora se aperceber de que na sua empresa, no seu ramo de produção, o número de trabalhadores, relativamente ao produto e às máquinas instaladas, vai diminuindo. Esse é o primeiro dos fatores, vejamos agora um segundo fator de redução da taxa de natalidade.

Se os salários reais crescem fortemente, o interesse da família trabalhadora é, em primeiro lugar, o de que a mulher se empregue também; portanto, aumenta o emprego feminino. Em segundo lugar há interesse em restringir o número de filhos, porque se a mulher se emprega, ela aumenta marginalmente o salário familiar; mas se vão-se procriar 7, 8, 9, 10 filhos, os meninos estão a comer tudo aquilo que os pais vão ganhar e a família não vai aumentar o seu nível de vida.

Esses dois fatores em conjunto provocaram, nos países mais desenvolvidos, primeiro um declínio do crescimento da taxa demográfica e, depois, a sua estabilização, com oscilações levando a que por vezes, em certos países, em certos períodos, haja uma efetiva diminuição da população. É essa a explicação do envelhecimento da população européia, de que qualquer pessoa, sobretudo se for brasileiro, se apercebe se passear pela Europa. Chegamos então à conclusão seguinte: que uma situação de grande produtividade na produção de bens e serviços leva a uma diminuição da produtividade na produção da força de trabalho. Lembrem-se de que no meu modelo todo o trabalhador produz a nova geração de trabalhadores; não só o trabalhador especializado da escola produz a nova geração de trabalhadores, como são produzidos no âmbito doméstico e, mesmo que este se restrinja muito, não desaparece inteiramente. Portanto todo o trabalhador produz no âmbito doméstico a nova força de trabalho. O que se passa então nessa situação de alta produtividade na produção de bens e serviços e de produtividade declinante na produção de força de trabalho é que cada trabalhador-produtor vai incorporar em cada elemento do produto, ou seja, em cada novo trabalhador-output, um tempo de trabalho superior àquele que incorpora em si mesmo. Vamos desenvolver isso um pouco melhor: em princípio, o capitalismo funciona, em situação de alta produtividade, da seguinte maneira: *o conjunto* dos trabalhadores incorpora *no conjunto* dos produtos um tempo de trabalho superior ao que incorpora em si. É desse modo que existe mais-valia, é desse modo que existe crescimento econômico. Mas, em cada produto, *individualmente considerado*, o valor vai-se reduzindo à medida que o número desses produtos vai-se multiplicando. Chamo-lhes a atenção para o fato de que, neste meu modelo, é exatamente o contrário o que acontece no caso específico da força de trabalho. O número de meninos reduz-se e, por conseguinte, incorpora uma mais-valia superior àquela que o pai e a mãe incorporaram; e assim sucessivamente, quando o menino passar a trabalhar, ele incorporará na nova força de trabalho, em cuja formação está a participar, um valor maior ainda do que aquele que em si incorporou. Portanto, nós temos desta situação de alta produtividade na produção de bens e serviços o resultado de uma fraca produtividade na produção de força de trabalho. Quanto às conseqüências deste paradoxo, já as abordei. Mas convém, antes, pôr essa situação em contraste com o que se passa na situação de produtividade estagnada.

Como disse, e repito agora, trata-se de limites. Não há, claro, nenhuma situação real que exclusivamente lhes corresponda. Mas há situações reais em que cada um destes casos predomina de forma avassaladora.

Uma situação de fraca produtividade é, por definição, uma situação em que é enorme o número de trabalhadores relativamente aos bens produzidos e relativamente à maquinaria instalada.

Essa pletora de força de trabalho em cada ramo de produção, essa situação de subemprego, cria uma percepção empírica absolutamente contrária àquela que indiquei para o caso de alta produtividade genérica. Então a família tinha a idéia da diminuição de trabalhadores em cada ramo, o que pressionava a produzir menos meninos. Numa situação de baixa produtividade genérica há a idéia de que o número de trabalhadores necessários é muito grande. E isso é um contexto favorável à produção de meninos.

Passemos agora ao segundo aspecto. Referi como a elevação dos salários reais em situação de alta produtividade genérica leva ao assalariamento feminino e, depois, à diminuição do número de filhos, para poder-se beneficiar do aumento das remunerações. Vamos agora ver que numa situação em que, por causa da fraca produtividade, os salários reais tendem a uma estagnação ou ao declínio, a pressão é, por parte dos pais, para assalariar os filhos logo que o corpo da criança o permita. E, ao mesmo tempo, a pressão é por um aumento da procriação de crianças que possam ser assalariadas rapidamente. Há então, assim, uma espécie de luta diabólica. Espera-se que da adição de salários de miséria resulte um salário familiar marginalmente superior ao salário familiar médio. Se este corresponder, por exemplo, aos salários de pai, mãe, mais sete filhos, quem produzir nove meninos, em vez de sete, espera ganhar marginalmente sobre essa média de família, espera lucrar à margem com esse microssalário de mais dois meninos. Mas como todos sofrem a mesma pressão e atuam portanto no mesmo sentido, o salário familiar médio diminui; e diminuindo o salário familiar médio, aumenta ainda a pressão para procriar meninos. Cada fator agrava o outro numa espiral declinante. E daqui resulta uma situação exatamente oposta à situação antes analisada. A fraca produtividade, ou a produtividade declinante na produção de bens e serviços leva à elevada produtividade na produção de meninos, na produção das novas gerações de força de trabalho.

Estive até aqui a comparar, aspecto a aspecto, a situação em alta produtividade genérica com a situação em baixa produtividade genérica, para mostrar como, e por que razões, a taxa demográfica evoluía de forma diferente num caso e no outro. Portanto, vou concluir com a mesma problemática com que concluí acima. Assim como na situação de alta produtividade genérica cada unidade do agregado de meninos, portanto, cada menino, incorporava um valor, um tempo de trabalho,

superior ao dos produtores, numa situação de baixa produtividade genérica cada menino incorpora um tempo de trabalho, resulta de um tempo de trabalho, igual ou inferior, ou só ligeiramente superior, em suma, de um tempo de trabalho igual ou aproximado, para baixo ou para cima, ao que fora incorporado nos trabalhadores produtores.

Quais são as conseqüências de um modelo desse tipo? Na situação de elevada produtividade o tempo de trabalho mais elevado do qual resulta cada jovem significa que ele obtém uma capacidade e uma qualificação para o trabalho superior a cada um dos trabalhadores da antiga geração. Ele é um trabalhador mais qualificado. É esse o mecanismo que determina um papel crescente das instituições especializadas na formação da força de trabalho.

Quando referi, no início, se ainda estão lembrados, que a força de trabalho era formada no âmbito doméstico e no âmbito das instituições especializadas, disse que a relação entre essas esferas depende fundamentalmente de algo que ia referir mais adiante. Chegou a altura de referir esse fator fundamental. Quanto maior for a qualificação de cada jovem, relativamente à força de trabalho formadora, maior é a necessidade de ter especialistas que dêem os aspectos mais vitais desse acréscimo de qualificação. É fácil de compreender a razão: porque ele está a ter uma maior qualificação e os pais não são capazes de lhe dar esse acréscimo de qualificação. Eu estou a expor este modelo em termos muito genéricos e tenho falado de tempo de trabalho incorporado; mas o resultado do tempo de trabalho não é uma coisa como grãos de milho, em que seja tudo igual. Quanto ao tempo de trabalho incorporado no menino, há trabalhadores que incorporam o tempo de trabalho mais qualificado e há outros que incorporam o menos qualificado. Quanto maior for a defasagem de qualificação entre gerações, maior será a necessidade de um trabalho qualificado na produção das novas gerações. O que significa que mais a escola será integrada no capitalismo e mais os educadores na escola serão produtores de força de trabalho, ou seja, neste meu modelo, produtores de um bem no mesmo nível que de um serviço ou de um outro qualquer produto.

Que significa no capitalismo produzir uma força de trabalho mais qualificada? Durante algum tempo significou, e ainda hoje – quando se trata de retirar força de trabalho do campo e pô-la na cidade – significa habituá-la a todo um outro sistema de vida. Não é só outro sistema de pensamento, é outro sistema de vida. Mas quando se trata de uma força de trabalho já urbana, cujos antepassados viviam na cidade e eram trabalhadores em sistema capitalista, então, neste caso, significa que a componente intelectual do trabalho é cada vez maior. A componente manual do trabalho existe sempre; não há ninguém que não tenha de mexer um dedo ou pé para trabalhar, pode é suar mais ou menos, pelo esforço muscular maior ou menor. A componente intelectual do trabalho existe sempre também; não há ninguém que não tenha de raciocinar para trabalhar, mas pode é ter que raciocinar muito mais e muito mais rapidamente e, sobretudo, ter, durante o ato de trabalho, que pensar exclusivamente naquilo que interessa ao capitalista que ele pense e não aquilo que lhe possa interessar a ele. Se alguém for varrer a rua, pode fazê-lo a pensar na sua vida; mas se for trabalhar numa profissão em que a componente intelectual seja muito forte, não pode pensar em absolutamente nada da sua vida, terá que pensar exclusivamente na sua profissão. E no geral fica tão cansado intelectualmente que depois, quando chega a casa, a única coisa que pode fazer é pôr uma fitinha à volta da cabeça e correr em torno de uma quadra, mas não pode pensar em mais nada. Então, o que quer é dar à perna, porque esteve sentado aquele tempo todo; e também não vai pensar enquanto está a correr à volta do quarteirão. Produz-se assim no capitalismo uma força de trabalho em que a componente intelectual é cada vez maior. E para se produzir essa força de trabalho é necessário um papel cada vez maior da escola.

E agora invertam a ordem dos fatores a que no geral estamos habituados e em vez de porem a tecnologia como causa ponham-na como um efeito. A meu ver, o chamado progresso tecnológico, no capitalismo, não é a causa de a força de trabalho ser mais qualificada. O processo causal é exatamente o inverso. É porque ao sistema de alta produtividade genérica corresponde uma taxa declinante e, depois, estagnante, na produção de força de trabalho, de que resulta um valor cada vez maior incorporado em cada trabalhador; e é por causa disso que o capitalista, para aproveitar esse valor incorporado em cada elemento da nova geração da força de trabalho, tem que introduzir o progresso tecnológico. Em suma, do aumento da qualificação de cada indivíduo de cada nova geração da força de trabalho resulta o aumento da complexidade da maquinaria para aproveitar essa nova qualificação.

Mas então o que eu estou a dizer é completamente contrário às teses de um livro, corrente e estimado no Brasil, estimado por mim também, que é o livro de Harry Braverman sobre "A Degradação do Trabalho no Século XX". Estimo muito esse livro, essencialmente por duas razões: primeiro, porque é um dos raros livros de economia em que o trabalho tem a posição que deve ter, ou seja, a fundamental. Em segundo lugar, porque Braverman conheceu o trabalho diretamente, coisa que eu não conhecia. Apesar disso a minha posição é contrária, não tanto às afirmações de Braverman, mas sobretudo às conclusões que ele daí tira. Eu poderia explicar em que, mas como estou convencido de que, no debate que se seguirá a esta palestra, essa questão inevitavelmente será posta por alguém entre as pessoas aqui presentes, reservo para então a crítica. [2] E na situação de mais-valia absoluta, na situação de baixa produtividade genérica, que acontece? Para simplificar, eu diria que acontece extamente o contrário, quer dizer, não ocorre esse processo de aumento das qualificações de cada nova geração da força de trabalho. Não há, por isso, lugar para as pressões para o progresso técnico, não há lugar para que a escola ocupe um papel tão importante como ocupa na situação de mais-valia relativa. As pressões exercem-se no sentido de analfabetização, para que o menino continue a faltar à escola mesmo que esta seja, no texto da lei, obrigatória; enfim, para que continue nesse âmbito doméstico, e basta aquilo que a família já sabe para ensinar ao menino aquilo que ele precisa saber.

Na realidade, nenhuma situação real corresponde inteiramente aos casos-limites. Mesmo nos países evoluídos, mesmo numa Suíça, num Luxemburgo, nos países escandinavos, em virtude do grande fenômemo migratório da segunda metade dos anos 60 e da primeira metade dos anos 70, durante o período de expansão da economia, existem filhos dos emigrantes de regiões predominantemente de produtividade estagnante, que trabalham em setores de baixa produtividde e que, como laboram em isolamento econômico, estão também urbanisticamente isolados, estão segregados ou vivem num gueto. E temos então os irredutíveis do insucesso escolar; nos EUA, por exemplo, aqueles 15% dos jovens que saem de 11, ou 12 ou mais anos de escolarização sem conseguir ler o letreiro: "Em caso de acidente, puxe a alavanca". Aliás, é curioso que esta é uma das frases-teste por parte dos capitalistas, porque é claro que lhes interessa muito para preservar a máquina, ou para preservar o dedo do trabalhador, porque depois teriam de pagar um subsídio, montante atribuído ao valor do dedo. Estes jovens que saem de não sei quantos anos de escolaridade sem conseguir ler uma frase elementar revelam que

2 No debate, a minha crítica ao livro de Harry Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista;* a degradação do trabalho no século XX, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, incidiu sobretudo nos seguintes aspectos: 1º) O autor compara as qualificações de uma dada geração de força de trabalho no capitalismo com as hipotéticas qualificações de trabalhadores pré-capitalistas, ou formados num regime educacional em que eram ainda muito fortes os elementos pré-capitalista. Ora, comparações diretas apenas fazem sentido quando estabelecidas no quadro de uma mesma situação econômica. 2º) Erro equivalente ocorre quando o autor compara as qualificações requeridas a dadas atividades profissionais produtoras de mais-valia, com as detidas por profissões do mesmo nome numa época em que se integravam entre os capitalistas. 3º) O autor refere a diminuição do tempo necessário para adquirir dadas capacidades de trabalho específicas, sem ver porém que isso resulta do aumento do tempo de formação que levou à aquisição de capacidades genéricas.

no interior de uma situação de mais-valia relativa pode haver um verdadeiro gueto de mais-valia absoluta. Não é ensinando, ensinando, ensinando e ensinando que se consegue fazer o menino aprender a ler. A base é a situação econômica, em sentido muito lato, a situação econômico-social em que o menino foi produzido.

Vejamos no entanto um problema considerável que surge neste modelo que apresento: se o capitalismo tem como base e como mecanismo de desenvolvimento a mais-valia, significa isso que o tempo de trabalho incorporado num dado trabalhador tem de ser inferior ao tempo de trabalho que esse trabalhador incorpora no processo de produção. Mas então o que eu estive a dizer ao longo desta hora, não é isso totalmente contrário ao processo da mais-valia? O que eu estou a afirmar não parece uma coisa perfeitamente absurda? Estou a afirmar que numa situação de elevada produtividade aumenta o tempo de trabalho incorporado na nova geração de força de trabalho. Como vai então funcionar o mecanismo da mais-valia? Então não é o fundamento do capitalismo a redução do tempo de trabalho incorporado na força de trabalho? Como posso vir com todas estas histórias de que diminui a produtividade na produção de meninos e que, por conseguinte, diminui o número de meninos por agregado e, por conseguinte, aumenta o tempo de trabalho incorporado em cada menino? Então não significaria isso que quando o menino se torna homem e vai trabalhar, aumenta o tempo de trabalho incorporado nele? Não significa isso que estou a inverter inteiramente o processo da mais-valia e a dizer que numa situação altamente produtiva aumenta o valor incorporado no trabalhador, o que impediria o capitalismo de se desenvolver?! E que nas situações menos produtivas, onde o capitalismo não se desenvolve, ou se desenvolve muito pouco, ou até está em desenvolvimento negativo, estagna ou diminui o valor incorporado no trabalhador! Isso parece suficiente para invalidar todo o modelo que até aqui tenho estado a expor.

Proponho interromper aqui esta questão, que tentarei resolver na palestra seguinte. Veremos se é ou não possível que o capitalismo tenha algum mecanismo suplementar que permita transformar o tal paradoxo naquilo em que os mecanismos capitalistas permitem transformar tudo, ou seja, em lucro.

"A EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO" – II

Há pouco eu afirmei que ia tentar expor um modelo em que a produção da força de trabalho fosse passada da esfera em que geralmente é considerada pelos economistas, uma esfera privada extra-econômica, para a esfera da produção dos bens e serviços.

Disse então que ia considerar essa força de trabalho produzida, esse trabalho-produto, como incorporando mais-valia, tal como qualquer outro produto do capitalismo. E disse eu, tínhamos duas situações: uma situação de mais-valia relativa, em que a uma taxa de crescimento da produtividade muito grande nos bens e serviços corresponde uma fraca taxa de crescimento, uma estagnação, no campo específico da procriação; ou seja, alta produtividade nos bens e serviços em geral, fraca produtividade na produção de trabalhadores, o que levava a que o tempo de trabalho incorporado em cada trabalhador fosse progressivamente aumentando, ao longo das gerações. Cada trabalhador, enquanto incorporando em si mais-valia, incorporava uma superior mais-valia, relativamente à geração anterior. Em situação de mais-valia absoluta o processo é exatamente o inverso do que acabei de expor para a mais-valia relativa. Em situação de mais-valia absoluta, há uma estagnação das qualificações do trabalhador; em situação de mais-valia relativa, há um desenvolvimento das qualificações do trabalhador. Terminei dizendo que um modelo assim exposto parecia inteiramente paradoxal. Então não é o próprio processo de mais-valia uma tentativa de diminuir o tempo de trabalho incorporado em cada trabalhador? Esta palestra pretende apresentar-se como uma tentativa de solucionar essa questão.

Para isso, temos que começar por um problema genérico, que diz respeito não só à questão da produção da força de trabalho, mas à questão da produção de todos os bens e serviços. Produzir não é produzir de uma vez só, a produção não é um ato isolado. A produção é uma cadeia interpenetrada de atos produtivos. Os trabalhadores que estão a produzir num dado momento estão a utilizar nessa produção elementos que foram produzidos em estádios de produção anteriores; maquinaria, instalações, matéria-prima, tudo isso foi produzido em estádios de produção anteriores. Os dois microfones, aquela aparelhagem, a câmera, tudo isto resulta de estádios de produção anteriores e sem eles o trabalhador não poderia executar o trabalho que está a executar, que é o de filmar a pessoa que está a falar. Aquele é o trabalho produtivo, este meu é um mero objeto do trabalho produtivo. O único ato novo de criação de valores que há agora é este, estar a utilizar este complexo material. Estar a utilizar uma fração deste material, porque ele foi utilizado antes, será utilizado depois, até se estragar, até ser ultrapassado por novas tecnologias, o que significa que é uma fracção desse material, uma fração do tempo de trabalho nele incorporado, uma fração do seu valor que transita para este ato de produção. Significa isso que o valor não é nada de adquirido e definitivo. O valor incorporado em cada momento num dado bem material só subsiste como valor se for, em estádios seguintes, utilizado no processo produtivo. O valor de um bem ou de um serviço não é uma característica material; o valor mantém-se à medida que o suporte material do valor for integrado nas mesmas relações sociais que lhe deram origem.

Sublinho este *nas mesmas*. Não quero dizer somente que, desde que se mantenha a sociedade capitalista, mantém-se o valor dos bens produzidos. Não é só isso. É desde que se mantenha *o mesmo* estádio das relações sociais, por conseguinte, desde que se mantenha *a mesma* tecnologia. Se nós passarmos a um estádio tecnológico superior, com uma maior produtividade, cada um destes elementos materiais, microfone, câmera, etc. incorporará um menor tempo de trabalho, resultará de um menor tempo de trabalho. E se cada novo estádio da produtividade faz baixar o valor dos novos elementos produzidos, faz baixar também o valor dos elementos já produzidos anteriormente. É este o primeiro dos pontos para que lhes chamo a atenção, é essa aliás a base do processo de concorrência intercapitalista. Quer dizer, quem produz um microfone que incorpora menos tempo de trabalho, que tem menos valor, pode vendê-lo a um preço concorrencial e vai obrigar todos os microfones produzidos antes, com a tecnologia anterior, a baixar o valor que o capitalista que os possui pode realizar. Ou seja, o processo de crescimento da produtividade, se for permanente criação de mais mais-valia, por outro lado implica uma permanente perda de valor para os bens produzidos em estádios tecnológicos anteriores. É preciso termos estes dois aspectos bem em mente, porque se o aumento da produtividade produzisse só uma criação de valor, não haveria processo de concorrência intercapitalista, nem processo de concentração, nem falências, nem todas essas desgraças de que os capitalistas se lamentam. Quais os capitalistas que se lamentam? Pois precisamente aqueles que não conseguiram aumentar a produtividade e que só podem realizar, com os bens produzidos em estádios tecnológicos anteriores, uma porção menor do valor, só uma fração do valor que neles foi incorporado. É nesse sentido que digo que o valor se mantém à medida que o seu suporte material for integrado *nas mesmas* relações sociais. Portanto, não só relações sociais capitalistas em geral, mas também *nos mesmos* estádios tecnológicos. É esse o quadro que nos permite compreender essa criação permanente de mais valor e perda de valor.

Tentemos agora aplicar isso à produção da força de trabalho. Porque, reparem, eu disse que em situação de mais-va-

lia relativa tínhamos uma baixa produtividade na produção da força de trabalho, portanto uma situação que à primeira vista parece contrária a esta que indiquei para os bens e serviços em geral. Na que acabei de indicar tratava-se de cada elemento do agregado incorporar menos tempo de trabalho. Vou passar a analisar uma situação de mais-valia relativa – deixemos agora de lado a situação de mais-valia absoluta – e em mais-valia relativa cada elemento do agregado humano dos trabalhadores, ou seja, jovem trabalhador em formação, está a incorporar um tempo de trabalho crescente, uma qualificação crescente.

Incorporar um tempo de trabalho crescente em alguém, fazer com que os elementos de uma nova geração resultem de um maior tempo de trabalho do que os elementos da geração anterior, significa o quê? Não significa, claro, fazer pessoas alguns centímetros mais altas, ou mais gordas. Significa que se estão a fazer pessoas providas de maior qualificação. E vamos deixar as palavras desde já muito claras: qualificação em que sentido? Não é no sentido em que cada um de nós gostaria que a qualificação fosse, é no sentido em que o capitalismo quer que a qualificação seja. Só nesse sentido, no sentido de cada estrutura social, é que os termos, felizmente ou infelizmente, assumem as suas conotações. "Maior qualificação" aqui significa ser capaz de executar um trabalho mais complexo. É isso que "qualificação" quer dizer. Por conseguinte, cada elemento de uma nova geração, em virtude desse maior tempo de trabalho nele incorporado, é capaz de executar um trabalho mais complexo do que os elementos da geração anterior. Criam-se, assim, de geração para geração, pessoas diferentes. Diferentes, porque são capazes de executar um trabalho mais complexo. É a introdução de uma diferença qualitativa.

Ainda lhes chamo a atenção para um segundo aspecto: há uma especificidade fundamental da força de trabalho relativamente aos restantes produtos. Disse na anterior palestra, e recordei há pouco, que ia analisar a força de trabalho integrada no quadro da produção global de bens e serviços. E chegou agora a altura de mostrar que isso tem um limite. É que, se alguém produz uma cadeira, a coisa acaba ali, a cadeira depois não faz mais nada. Mas se alguém produz um trabalhador a coisa não acaba ali, o trabalhador pode fazer a cadeira, no futuro outras cadeiras, e sentar-se nelas. É essa a diferença fundamental. Quando se produzem bens e serviços não se produzem elementos que vão depois atuar neles próprios; produzem-se elementos que vão servir aos trabalhadores para atuar. Se não se produzirem trabalhadores que atuem com eles, esses elementos não servem de nada. Foi o que disse há pouco acerca de matéria-prima, instalações, etc., que só conservam o valor se voltarem a ser trabalhadas e à medida que voltarem a ser trabalhadas no mesmo grau em que foram produzidas. Portanto, os capitalistas, ao fazer que sejam produzidos trabalhadores, estão a produzir um produto de duplo efeito, um produto que é produto e que vai ser produtor. É essa a especificidade, é esse o segundo aspecto para que eu gostaria de chamar-lhes a atenção.

Demos agora um passo seguinte. A última geração a entrar na força de trabalho ativa, – aquela que passa o período da formação para começar efetivamente a trabalhar – vai, na situação de mais-valia relativa, incorporar na formação dos seus filhos mais tempo de trabalho do que o que foi incorporado na sua própria formação. A instituição doméstica e sobretudo, cada vez mais, o aparelho escolar e ainda, recordando o debate da anterior palestra, em que um dos colegas aqui presentes sublinhou a importância de todo o conjunto da cidade, conjunto urbanístico, conjunto social mais lato – tudo isso vai incorporar, em cada nova geração, um tempo de trabalho superior ao incorporado na sua. Portanto, quando a geração dos filhos entra por seu turno no processo do trabalho, ela vai desvalorizar a geração dos pais. Reparem que eu até agora tenho falado de qualificações; agora estou a falor de valor e, portanto, de desvalorização. Disse que a geração D sai mais qualificada relativamente à geração C, a qual sai mais qualificada relativamente à B, e a B relativamente à A. Essa geração D, a última a entrar no processo de trabalho, está a produzir os que vão ser a futura geração, E, que vai ser mais qualificada do que a D. Quando essa geração E entrar no processo de trabalho então – e eu agora passo da problemática da qualificação para a problemática do valor – ela vai desvalorizar a geração D e, com ela, as anteriores. Por que razão? Com a entrada em funcionamento de cada nova geração mais qualificada, as anteriores passam a encontrar-se comparativamente menos qualificadas. Vou tentar desenvolver um pouco esse aspecto.

Falou-se da escola e da sua função cada vez maior na produção da força de trabalho; falou-se do urbanismo, da cidade, da sociedade em geral, do quadro material e institucional que serve, ele próprio, eu quase diria automaticamente, de elemento formativo fundamental para todas as pessoas, no caso vertente dos jovens que nele se inserem; falou-se também de esfera doméstica, cujo papel se vai reduzindo, mas continuará sempre existente. Tudo isso suscita uma maior qualificação das novas gerações. Nesse contexto, se as gerações formadas em estádios tecnológicos anteriores tivessem sido formadas no estádio tecnológico seguinte, necessitariam de menos tempo de trabalho para adquirir as qualificações que possuem. Reparem: a geração D precisou, na época em que foi formada, de um tempo de trabalho n; mas depois, no processo de produção dos filhos da geração D, introduziram-se alterações tecnológicas, de forma que, se os trabalhadores da geração D, para adquirirem as qualificações que possuem, tivessem sido produzidos no estádio posterior, necessitariam de n-x tempo de trabalho. Ou, dito de outra forma: aqueles elementos da geração E que tiverem uma qualificação igual aos da D, terão sido produzidos por um tempo de trabalho inferior à média dos elementos da geração D.

O valor não é um absoluto. Valor é sempre o resultado de uma relação social. O valor é algo, portanto, de comparativo. Não se trata apenas da relação de exploração num dado momento concreto, mas sucessivamente. Temos de fazer comparação sincrônica e diacrônica sempre que pensarmos em termos de valor, se a quisermos conceber em processo, já que é assim que ela existe.

Portanto, para sintetizar este passo da minha tentativa de demostração, por comparação com os indivíduos da última geração, os indivíduos da geração anterior necessitariam, agora, de menos tempo de trabalho para formar as qualificações que possuem. Conclusão, não ainda da palestra, mas deste passo do raciocínio: cada indivíduo da força de trabalho-output, cada jovem trabalhador em produção, aumenta de valor relativamente às gerações precedentes. Reparem: agora eu estou a empregar ao mesmo tempo qualificações e valor. Ele aumenta de valor e aumenta de qualificação. Para quê? Para, após a passagem ao processo de trabalho da geração seguinte, ele perder valor, pelo processo comparativo que indiquei. Mas reparem que eu antes disse: aumenta a qualificação, aumenta o valor. Agora disse que perde valor, que se desvaloriza, mas não disse que perdia a qualificação. Ele mantém a qualificação. É isso, penso eu, o que permite salvar pelos cabelos, no último momento, o meu modelo, do paradoxo, ou seja, o que permite ao capitalismo lucrar. Porque o problema não é o de salvar do paradoxo um modelo, meu ou de qualquer outra pessoa, mas o de explicar como é que o capitalismo cresce com o aumento de exploração. A solução do paradoxo não é mais do que o processo capitalista de exploração. Tudo o que nós podemos é analisar bem ou mal a forma como ele funciona.

Mas, antes ainda de tentar analisar melhor a forma como os capitalistas lucram com a articulação da desvalorização e da manutenção das qualificações, vou detalhar um pouco a questão da desvalorização, para que ela apareça de uma maneira menos simplista do que a expus. Infelizmente continuará num plano simplista, mas enfim, espero que um pouco menos.

Em primeiro lugar, há ritmos de desvalorização. Não há uma desvalorização que vá por aí adiante, independentemente de outros processos; por exemplo, consoante a existência ou não de cursos de trabalho ministrados a gerações já em exercício. Quando falo de formação de trabalhadores tenho até agora falado de formação de jovens, mas nada impede, claro,

que haja formação de adultos. Seria interessante tentar analisar a maneira como o capitalismo tenta controlar os ritmos da formação de força de trabalho, os ritmos da qualificação e da desvalorização da força de trabalho, mediante o jogo de dois processos: aumento de qualificação nas escolas para as novas gerações e aumento de formação para gerações já formadas, quer através da escola, quer através de cursos nas empresas. Estou a chamar a atenção para esse problema, a dizer unicamente que isso influi no ritmo, mas, para já, não tenho possibilidade de tentar detalhar mais a questão.

Por outro lado, é preciso ter em conta que, assim como não há um ato único de criação de mais-valia, mas uma cadeia de atos que se interpenetram, também não há um ato único de desvalorização. Há uma cadeia de desvalorizações. Nunca pensem, pelo menos no capitalismo, em termos de atos individualizados. E não pensem também que colocar uns à frente dos outros atos individualizados transforma uma visão estática numa visão dinâmica. Transforma só uma visão estática numa visão repetitiva, sem qualquer vantagem para ninguém, claro. A dinâmica resulta do encadeamento dos processos e o que há aqui são sucessivas cadeias de desvalorização.

Será na última desta série de quatro palestras que tentarei abordar o problema dos conflitos sociais. Sem avançar ainda nessa questão, no entanto, está tão a propósito que não quero deixar de chamar a atenção para a luta que trabalhadores de gerações anteriores fazem para aumentar, quando já adultos, as suas qualificações, aumentar a sua valorização, lutando contra a desvalorização sucessiva. Esses ritmos, de que falei há pouco, do processo de desvalorização, se por um lado resultam da ação dos capitalistas tentando controlar o processo, por outro lado resultam também das pressões dos trabalhadores. E as duas coisas são, obviamente, inseparáveis; elas aparecem fundidas, em simbiose, na realidade cotidiana.

E ainda há outro ponto que convém esclarecer. Falei até agora de gerações, deixando-lhes portanto a idéia, muito verossimilmente, de que se tratava de gerações biológicas. É uma idéia errada. Não há aqui quaisquer gerações biológicas. Aliás, nunca percebi bem o que são gerações biológicas porque, que eu saiba, as mulheres não dão todas parto ao mesmo tempo em todo o mundo, por exemplo, de 22 em 22 anos. Tanto quanto tenho conhecimento do problema, em todo o mundo, em cada minuto, nascem crianças e em todo o mundo, em cada minuto, morrem tanto crianças como pessoas com outras idades. Portanto, gerações, em termos biológicos, é uma coisa que não faz qualquer sentido para uma análise global, mas para cada um de nós, individualmente, sobretudo para festejar o aniversário. Defino, então, gerações em termos culturais. Diz-se que é a geração do cuba-libre, depois a geração não sei que, geração dos Beatles, depois a geração dos não sei o que mais, uns são a geração da guerra e outros as do pós-guerra. Porque é que se marcaram certas gerações com uns nomes e outras não? Em Portugal havia a geração de 62, depois houve a geração de 68, eu fiquei no meio, não pertenço a geração nenhuma, nunca consegui pertencer a geração nenhuma. Ainda hoje estou para perceber por quê. Isso cria uma insatisfação à pessoa. Perguntam, de que geração você é? De 62 ou de 68? Por que é que se atribuem características de qualidade a certas gerações e não a outras? Isso decorre de muitas questões, não há nada nos resultados históricos que decorra de uma única questão. O que há, a meu ver, é uma estrutura fundamental, uma infra-estrutura, que permite explicar o resto – esperemos . . . Portanto, digo que se produz uma nova geração quando entra em jogo uma nova tecnologia que produz novas qualificações, etc. Se essa nova tecnologia entrar em jogo, suponhamos, todos os 6 meses, todos os 6 meses é produzida uma geração; se entrar em jogo todos os 60 anos, todos os 60 anos é produzida uma geração. Isso é a definição de geração. É uma definição que tem de ser inteiramente *a posteriori* neste meu modelo. Quer-se saber qual é uma geração, vê-se quando aparece uma nova tecnologia. Dirão: mas todos os dias aparece. Não é bem assim. Quando digo nova tecnologia, trata-se de tecnologia globalmente considerada. No caso da escola, por exemplo, há alturas em que os professores, os coordenadores, os diretores – o pessoal interessado nas questões escolares – não se preocupam grandemente, enfim, a escola vai correndo. Depois há outras alturas de crise, de reestruturação; isso significa que está em produção uma nova tecnologia e, portanto, que vai resultar uma nova geração de trabalhadores.

Acabado esse conjunto de aspectos para os quais pretendi chamar a atenção, para tornar o modelo um pouco menos simplório, continuemos na análise das conseqüências desta dupla questão da qualificação e desvalorização. Os trabalhadores das anteriores gerações perdem valor, que é uma questão relativa, mas não perdem as suas aptidões absolutas. A desvalorização de que sofre a força de trabalho de modo nenhum afeta a sua capacidade de trabalhar, a sua capacidade de incorporar mais tempo de trabalho do que aquele que está incorporado nela. A capacidade de a força de trabalho trabalhar depende das qualificações que ela possui, não é posta em causa pela desvalorização posterior atribuída a essas qualificações. Por isso o capitalista pode fazer funcionar o modelo da mais-valia para os trabalhadores que entram no processo de trabalho.

E então, vejamos: o trabalhador é remunerado em função de quê? Ele é remunerado consoante qual tempo de trabalho nele incorporado? A fórmula da mais-valia indica que o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de desprender no processo de produção. Esse tempo de trabalho incorporado no processo de trabalho aparece aqui ambíguo. A qual é que eu estou me referido então? Aquele que foi incorporado no trabalhador enquanto jovem? Ou agora, depois da desvalorização? E depois da desvalorização, que tempo de trabalho é esse? É por isso que acho útil ter dois conceitos: o conceito de *produção* da força de trabalho, que é este a que estou me referindo agora; e o conceito de *reprodução* da força de trabalho que é, aliás, o que aparece correntemente na literatura marxista. Fala-se aí de reprodução porque a força de trabalho já está produzida. O marxismo pega o trabalhador a partir do momento em que ele é adulto, por conseguinte não tem de analisar a sua produção, a qual, como eu chamei a atenção, é relegada para o campo do privado, do extra-econômico. Mas nós, agora, temos de ver que quando o trabalhador é desvalorizado, e no caso de não se revalorizar, de não incorporar novas qualificações, estudando enquanto adulto, portanto, enquanto o trabalhador começa a trabalhar e é desvalorizado pela geração seguinte que entra em funcionamento, ele passa a ser remunerado consoante as necessidades decorrentes da sua manutenção nessa situação de desvalorização. A reprodução da força de trabalho, por oposição à sua produção, é a manutenção da força de trabalho na situação de desvalorização. O valor da força de trabalho nessa situação passa a ser definido pelo valor dos bens e serviços necessários para a reproduzir; e aqui é que entram os mecanismos da mais-valia relativa, os mecanismos do aumento da produtividade dos bens e serviços materiais que o trabalhador vai consumir. Dali em diante, a partir do momento em que a sua formação cessou e em que o trabalhador começou a trabalhar e, por comparação com gerações que já estão atrás a pressionar, é desvalorizado, a partir daí ele passa a ser remunerado em bens e serviços que, sendo produzidos com uma taxa cada vez maior de produtividade, incorporam cada vez menos valor. Por isso, o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho diminui; o tempo de trabalho excedentário aumenta; aumenta a mais-valia, aumenta a exploração, cresce o sistema capitalista.

Tentemos juntar agora as duas questões da produção e da reprodução. A cada novo ciclo de entrada em funções de uma geração mais qualificada, o tempo de trabalho que foi diretamente incorporado na produção de uma nova força de trabalho será o denominador de uma função. E qual o numerador? Os valores, sucessivamente diminuidos, dos bens consumidos na reprodução da força de trabalho. Por conseguinte a tendência aqui é declinante. Quanto mais prossegue o processo, mais o tempo de trabalho que foi incorporado no jovem

trabalhador em formação declina relativamente à esfera do valor dos bens e serviços que ele consome; e como essa esfera, em situação de mais-valia relativa, é sujeita a uma alta produtividade e, por conseguinte, o valor desses bens e serviços diminui, temos aqui o encerramento dessa tendência declinante. É dessa maneira que a desvalorização da força de trabalho acaba por constituir um componente fundamental do processo da mais-valia relativa. Esse processo é portanto duplo: por um lado, através da diminuição do valor dos bens e serviços consumidos pelo trabalhador; por outro lado, através da desvalorização do próprio trabalhador, da desvalorização da força de trabalho.

Temos aqui mais um elemento para compreender por que é que a dinâmica da mais-valia relativa é uma dinâmica de crescimento, enquanto a da mais-valia absoluta é uma dinâmica de estagnação. Tudo aquilo que eu disse para a mais-valia relativa acontece exatamente ao contrário em situação de mais-valia absoluta. As situações neste modelo, quanto a essa questão, são de tal modo opostas, que me vou dispensar e dispensá-los de ter de ouvir tudo repetido com sinais contrários.

Procurei assim explicar o problema do crescimento das qualificações e da posterior desvalorização. Eu atribuo a este modelo um caráter hipotético. É claro que todos os modelos têm um caráter hipotético. Por mais convencidos que nós estejamos deles, devemos sempre, é um bom método, atribuir-lhes um caráter hipotético, senão cairíamos numa esclerose dogmática. Mas o problema é que eu atribuo um caráter mais hipotético a este modelo do que a outros. A bem dizer, eu deveria ter falado no condicional: se, se, se ... Mas isso por um lado é cansativo, por outro lado as frases ficam gramaticalmente mais complicadas e não estou certo se conseguiria sustentar cinqüenta minutos de exposição no condicional. Por outro lado, ainda isso leva o ouvinte a diminuir a atenção. Dizem: bom, mas se o fulano não está inteiramente certo e seguro do que está a dizer, então, por que é que eu estou aqui a ouvi-lo? A atenção seria ainda menor. Não, acho que convém a pessoa sublinhar no fim o caráter hipotético do modelo. Publiquei um artigo na *Revista de Economia Política*, de São Paulo, há uns três anos ou quatro [3], em que tentava expor este modelo. Não era exatamente este, porque entretanto ele foi evoluindo, mas as alterações são de detalhe. E creio que terá alterações no futuro. Mais uma razão para acentuar o caráter hipotético do modelo.

Por que é que eu, então, sublinho aqui o caráter hipotético e não o sublinho quanto a outros assuntos? É que este modelo é efetivamente esquisito. Trata-se de pôr a força de trabalho a produzir mais-valia e a incorporar mais-valia. O mesmo produto incorpora mais-valia e, depois, produz mais-valia. Isso é insustentável em termos de mercado, tais como Marx usualmente os considera, ou mesmo como qualquer outra pessoa os considera. Esse modelo obriga a uma integração máxima das relações sociais. Outro dia, relendo *O Capital*, portanto já depois deste modelo ter sido elaborado, reparei que em muitas passagens, ao longo tanto do livro primeiro, como do segundo, como do terceiro, Marx diz que o trabalhador é "obrigado a vender livremente" a sua força de trabalho. A expressão é esta. E Marx nunca desenvolve essa questão. Uma pessoa fica sem saber se este espantoso paradoxo de ser obrigado a vender livremente é mais uma das intuições geniais que ele tinha, ou se surgiu quase que como um *lapsus calami*, como algo que a caneta escreve independentemente. Não digo que Marx fosse um surrealista a fazer escrita automática, mas a pressão podia ser muito grande, porque esta é, a meu ver, uma das mais fortes contradições da teoria marxista ortodoxa. Porque para Marx é inevitável que o trabalhador seja obrigado a vender a sua força de trabalho; mas no modelo marxista de mercado é inevitável que essa venda seja livre. Que no manual de Samuelson essa venda seja livre, isso tem mesmo de ser: o capitalista é proprietário da máquina, o trabalhador é proprietário da sua capacidade de trabalho e, então, ambos, em igualdade, se encontram no mercado, cada um vendendo ao outro aquilo de que dispõe. O capitalista vende a máquina, o trabalhador vende a sua capacidade de trabalhar; a máquina é mais cara, é por isso mesmo que o capitalista ganha um pouco mais; a força de trabalho é menos cara, é por isso que o trabalhador ganha um pouco menos. E assim temos um modelo de mercado que explica harmonicamente porque é que uns ganham mais e outros menos. Já devem ter percebido que de modo nenhum este é o meu modelo; também não é o modelo de Marx. Mas, então, se o trabalhador é obrigado a vender livremente, se ele vai vender livremente quando ainda está obrigado, que liberdade é essa? Isso é exatamente paradoxal na teoria de Marx e, a meu ver, é uma das efetivas contradições do marxismo ortodoxo, que tem de ser resolvida por um lado ou por outro. Eu tentei resolvê-la por este lado, que é o da integração máxima das relações sociais, integração diretamente no processo produtivo. O fato de o trabalhador ser produzido enquanto produto incorporando mais-valia significa que ele pertence ao capitalismo – eu não disse ao capitalista, disse ao capitalismo – desde o início. E então temos aí a globalidade perfeita. Porque ele não pertence a um ou outro capitalista, isso seria escravidão, ou qualquer coisa do gênero, seria o velho paternalismo das empresas do princípio do capitalismo. Não, ele pertence à globalidade do capitalismo, à medida que ele, neste modelo, é produzido enquanto produto incorporando mais-valia. E, por isso mesmo, ele não vai deixar, uma vez produzido, de ser trabalhador produtivo. Claro que há casos de mobilidade social, de passagem de uma classe a outra, mas são casos mínimos que se explicam e, a meu ver, continuam a se explicar no interior deste modelo. Não são exceções, são uma porcentagem muito pequena de casos, que não negam o modelo como uma exceção, mas se explicam inteiramente por estes mecanismos, se eles forem mais afinados. Não como agora fiz, mas se estiverem interessados, no debate, podemos fazê-lo.

É esta a orientação que eu, ao longo dos anos, tenho tentado seguir, que é a de tentar pensar o modelo global da sociedade capitalista com essas duas características de integração máxima e de integração no processo de produção. O caráter hipotético deste modelo que apresento vem do seguinte: será esta a melhor forma de proceder a essa integração? Haverá outras formas melhores, mais coerentes? Tudo o que posso dizer é que esta é a que eu, até agora, consegui arranjar.

"A EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DAS CLASSES CAPITALISTAS"

Nas duas palestras anteriores, procurei abordar o problema da produção de produtores, ou seja, a força de trabalho enquanto produto. Procurei mostrar como os trabalhadores em situação de mais-valia absoluta e em situação de mais-valia relativa são produzidos e quais as diferentes conseqüências desses tipos de produção. No entanto, é do conhecimento corrente que no modo capitalista de produção não existem unicamente trabalhadores. Qualquer pessoa, por menos bem informada que seja, sabe que no modo capitalista de produção existem também capitalistas, que são, aliás, os que deram o nome ao modo de produção. Ora, os capitalistas têm no capitalismo um lugar teoricamente definido. Não são, ao contrário do que julga muitas vezes uma visão ingênua, algo possível de retirar do modo de produção existente, ficando todo o resto tal como é. Se nos reportarmos, como devemos sempre fazê-lo, ao modelo da mais-valia, vemos que o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho, ou seja, o tempo de trabalho incorporado nos produtos que o trabalhador consome, é menor do que o tempo de trabalho que o trabalhador é capaz de despender no processo de produção. Neste modelo temos, portanto, num dos pólos, uma cisão, um corte entre o traba-

3. No vol. 5, nº 3, de julho-setembro de 1985, p. 83-100.

lhador e o produto que ele produz, entre o trabalhador e o resultado do seu trabalho; e por isso temos, no outro pólo, uma cisão entre o trabalhador e aquilo que ele consome. Porque o trabalhador é separado daquilo que produz ele precisa assalariar-se para poder consumir. E inversamente, é porque precisa assalariar-se para poder consumir que o trabalhador é, no outro pólo, separado daquilo que produz. Mas essas duas cisões implicam uma terceira cisão, a cisão entre o trabalhador e a organização do processo de trabalho, e é aqui que o capitalista tem o seu lugar teoricamente marcado. O capitalista é aquele que controla a organização do processo de trabalho e que, por isso, se apropria do produto que o trabalhador produz e controla a capacidade do trabalhador de obter produtos para consumir.

Paro um pouco nesta questão para chamar a atenção sobre o seguinte: na maior parte, ou na prática totalidade dos livros e artigos que tenho escrito e publicado, tenho sempre insistido na questão da existência de duas classes capitalistas. A classe da burguesia e a classe dos gestores. Ambas essas classes são organizadoras do processo de trabalho. Uns, os gestores, são organizadores coletivos do processo de trabalho; os outros referem-se às questões mais particularizadas do processo de trabalho, à particularização das unidades de produção. Mas ambos se entendem por referência à organização do processo de trabalho. Portanto, quando falo aqui de organização do processo de trabalho não estou a referir unicamente o que considero ser a classe dos gestores, os administradores, mas refiro-me igualmente à burguesia classicamente considerada. Vou agora falar indiferentemente de gestores e de burgueses tradicionalmente considerados, sob o nome comum de capitalistas. A problemática que vou tentar abordar refere-se a qualquer destas duas classes capitalistas e não é, para este caso, necessário distingui-las.

Disse que os capitalistas têm o seu lugar teoricamente marcado no modo de produção e que esse lugar resulta da cisão entre o trabalhador e o controle, a organização, do processo de trabalho. Significa isso que, se os capitalistas, enquanto durar esse modo de produção, têm definida a necessidade da sua existência, eles têm que existir fisicamente. Têm, portanto, que ser fisicamente produzidos. É por isso que depois de tentar analisar a produção de produtores, vou tentar analisar a produção de capitalistas.

No entanto, por contraste com o que se passa com os produtores da mais-valia, com os trabalhadores, os capitalistas não são produtores, eles são apropriadores de mais-valia. Os capitalistas não podem portanto definir-se como produtivos, podem definir-se, unicamente, como produto. No modelo que apresentei nas palestras anteriores temos uma força de trabalho produto que se destina a ser força de trabalho produtora. No caso dos capitalistas, o capitalista produto nunca será produtor. Capitalista = produto não produtor. É esta precisamente, para mim, a definição de consumo improdutivo. Para aqueles que sejam versados, ou meramente interessados, na economia marxista, esclareço desde já que não é esta a definição que Marx dá em *O Capital*. Consumo improdutivo, para ele, é algo bem mais vasto, é uma esfera que inclui muitos outros aspectos. Para mim, consumo improdutivo é exclusivamente o consumo dos capitalistas. Falar de consumo improdutivo é falar de um produto que não é produtor, ou seja, de um consumo que não se transforma em capacidade de produzir mais-valia. É isso, no nível dos ciclos sucessivos do processo de produção, que distingue o capitalista do trabalhador. Assim, temos uma diferença fundamental entre o consumo do capitalista e o consumo do trabalhador. O consumo do trabalhador não só não sai dos ciclos econômicos, como reproduz-se, alargando os ciclos econômicos; o que se chama mais-valia, ou seja, a capacidade de produzir um tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho consumido pelo trabalhador, é precisamente essa inserção do consumo do trabalhador no ciclo econômico e a sua reprodução, alargando o ciclo econômico. No caso do capitalista o consumo sai do ciclo econômico. É esta uma diferença fundamental, que devemos ter sempre presente durante a palestra de hoje.

Valerá a pena chamar a atenção para o seguinte: quanto mais desenvolvida é uma economia, quanto maior é a sua taxa de crescimento, tanto menor é a percentagem, em relação ao conjunto global de mais-valia, que o capitalista apropria para o seu consumo próprio e desvia da sucessão de ciclos do processo econômico. Pelo contrário, em sistemas de capitalismo retardatário, estagnante, que tenho denominado como sistemas de mais-valia absoluta, nestes sistemas em que a exploração da força de trabalho é menos rentável do que em mais-valia relativa, diminui a percentagem de investimentos e, portanto, aumenta a percentagem do consumo capitalista. É por isso que nos países retardatários há um contraste tão grande entre a miséria de bens materiais, que caracteriza o sistema salarial de mais-valia absoluta, e a superabundância, a ostentação de bens de luxo. Isso significa somente que esse sistema econômico é pouco produtivo, tem um ritmo de reprodução lento e que, por conseguinte, o capitalista aproveita para o seu consumo próprio, fazendo sair da sucessão dos ciclos de produção, uma percentagem muito mais considerável de bens.

Encerrada esta pequena digressão, retomo o eixo central da exposição. Enquanto o trabalhador consome um dado *quantum* de tempo de trabaho para produzir esse *quantum* e um excedente de tempo de trabalho, o capitalista limita-se a retirar, da sucessão de ciclos de produção, bens e serviços que não reproduz. O capitalista, no entanto, consome um grande número de bens que são também consumidos pelos trabalhadores. Existem, sem dúvida, bens de consumo corrente destinados exclusivamente ao consumo dos trabalhadores. Mas existe toda uma vasta faixa, todo um vasto leque de bens de consumo corrente que são consumidos tanto pelos capitalistas como pelos trabalhadores. E, então, surge aqui um problema econômico. Eu disse que as implicações do consumo dos trabalhadores e as implicações do consumo dos capitalistas são diferentes, são consumos com conseqüências e implicações distintas. Como se resolve então o problema de, apesar dessas implicações econômicas distintas, haver um grande número de bens consumidos em comum por trabalhadores e capitalistas?

Antes de tentarmos resolver o problema, vejamos com um pouco de pormenor que problema é esse. Todo o processo de aumento da produtividade tem como explicação simples o seguinte: trata-se de, ao mesmo tempo, proceder a duas operações. Por um lado, aumentar o número de bens consumidos pelos trabalhadores. E, ao mesmo tempo, diminuir o tempo de trabalho incorporado nesses bens. Trata-se de permitir que a classe trabalhadora possa consumir um número cada vez maior de bens materialmente considerados e, simultaneamente, aumentar a produtividade com que se produzem esses bens; por conseguinte, diminuir o valor desses bens, o tempo de trabalho neles incorporado; por conseguinte, diminuir o tempo de trabalho que os trabalhadores, eles próprios, incorporam. É o grande milagre, se pode-se aplicar esse termo, que o capita-

lismo realiza, o de aumentar o consumo material dos trabalhadores, diminuindo o seu consumo em termos de valor. Ou seja, aumentar o consumo material, aumentando a miséria social. Aumenta a miséria em termos de tempo de trabalho, que são os únicos termos que ao capitalismo interessam.

Esses bens que são consumidos pela força de trabalho obedecem todos eles à necessidade de o capitalismo diminuir o tempo de trabalho neles incorporado. Pela própria necessidade de aumento da mais-valia esses bens tendem a ser produzidos com uma produtividade crescente. Então, poder-se-ia dizer que os capitalistas, à medida que consomem esses bens, tenderiam também a ser produzidos com uma produtividade crescente. Ou seja, comecei por fazer uma distinção em nível do consumo entre o que os trabalhadores consumiam e reproduziam e o que os capitalistas consumiam e não reproduziam, para agora, aparentemente, apresentar um modelo em que os capitalistas apareceriam inseridos em mecanismos de consumo idênticos aos dos trabalhadores. Os capitalistas não determinariam esses mecanismos de aumento da produtividade, mas acabariam por lhes obedecer.

A solução desse aparente paradoxo é, a meu ver, a seguinte: os capitalistas não consomem apenas bens que os trabalhadores consomem. Os capitalistas consomem um certo tipo de bens que são exclusivamente consumidos por capitalistas e os quais vou denominar, parece-me o melhor termo, bens de luxo. Bens materiais e serviços de luxo. A definição, portanto, de bens e serviços de luxo é a seguinte: são aqueles que são consumidos exclusivamente pelos capitalistas. Quanto maior for a componente capitalista de um dado consumo, tanto maior será a componente de bens e serviços de luxo desse consumo. Mas reparem: se essa produção de bens e serviços de luxo destina-se apenas ao consumo capitalista, ou seja, unicamente a um produto que não se transforma em produtor, a um consumo improdutivo, então já não obedece às pressões para uma maior produtividade. O que caracteriza a produção dos bens de luxo é serem produzidos independentemente de quaisquer critérios de produtividade. Reformulando a minha definição de há pouco, quanto maior for a componente capitalista de um dado consumo, maior será a componente de bens e serviços de luxo desse consumo e, portanto, maior será a componente nesse consumo de uma produção que não obedece aos critérios da produtividade. Que produção é essa? Que produção se exclui dos critérios da produtividade?

Não é difícil achar a resposta. Aquela produção já existente, que se exclui do processo de produtividade capitalista, é a produção pré-capitalista, a produção com uma tecnologia artesanal e arcaica. Temos todo um setor de produção artesanal, segundo uma tecnologia pré-capitalista, que denomino produção artesanal de luxo. Denomino-a assim para distingui-la de um outro tipo de produção, tão bem conhecido em países, como o Brasil, onde existe uma forte componente de mais-valia absoluta na exploração. Nesses países, em que o assalariado não consegue, através do seu salário, obter o suficiente para reproduzir a sua força de trabalho, ele tem também de recorrer a formas tecnológicas arcaicas, pré-capitalistas, que se processam no seu quadro familiar. Mas não se trata de uma produção de luxo. É aquela artesanal que o camelô da rua vende, aquela produção que o trabalhador ou um membro da sua família possam fazer numa pequena plantação que tenham ao lado da casa ou da cabana. Nessa produção também não se entra em conta com os critérios de produtividade capitalista, porque o trabalhador não conta o seu tempo de trabalho nessa produção. Mas é uma produção de sobrevivência, para não morrer de fome. Não se trata, de modo nenhum, de qualquer produção de luxo. Temos, portanto, no capitalismo de tipo retardartário em que predomina a mais-valia absoluta, uma forte componente de produção artesanal pré-capitalista, destinada ao consumo da classe trabalhadora. E temos, em todo o capitalismo, quer retardatário, quer altamente evoluído, uma componente de produção artesanal destinada ao consumo das classes capitalistas. Se o desenvolvimento do capitalismo, se o desenvolvimento da mais-valia relativa tende a reduzir ou até, eventualmente, a liquidar essa produção artesanal de miséria, a produção artesanal de luxo, no entanto, será sempre mantida. É este um dos limites à proletarização da força de trabalho. Se este modelo que aqui apresento for correto, então existirá um setor de trabalhadores, os trabalhadores em produtos de luxo, que será mantido nesse setor da produção destinado ao consumo improdutivo.

Para que se perceba um pouco melhor o que quero dizer com essa produção de luxo, vou dar exemplos da articulação, por parte dos capitalistas, de consumo de bens correntes, bens que qualquer trabalhador consome, e de consumo de bens de luxo. A quem esteja interessado em mais exemplos aconselho a leitura da publicidade naquelas revistas que se destinam exclusivamente à leitura das classes dominantes.

Vejamos, por exemplo, uma viagem de avião, não naqueles aviões pequenininhos, que não têm espaço suficiente para se fazer materialmente a distinção, mas num avião grande. Temos a classe econômica, chamada classe turística, onde o critério exclusivo é o da produtividade. Quem queira estudar a produtividade na produção de alimentos tem que analisar dois casos, os MacDonalds e os serviços de alimentos nos aviões. Produtividade perfeita, seleção de materiais, tipo de molhos escolhidos para poderem ser aquecidos várias vezes, continuando, no entanto, comestíveis, etc. Ultra-exploração do trabalhador, no caso dos comissários, das moças de bordo, da forma como elas servem. Portanto, basta quem faça uma viagem de avião dessas analisar com os olhos de ver, e vê o que é a produtividade na produção desses bens de consumo. No mesmo avião – não é em outro avião que vá a reboque – no mesmo avião existe a 1ª classe. Aí, são introduzidos fatores de luxo no serviço, fatores não produtivos. Por exemplo, quem viajar na Singapura Air Lines tem direito a uma orquídea, ou qualquer coisa assim, que lhe é oferecida, tem direito a que sejam preparadas certas coisas mínimas, um pequeno molho, uma coisinha qualquer ali preparada diante da pessoa, tem direito a mais 18 cm de espaço de perna para frente, mais 11,5 cm de espaço de tornozelo para o lado e tudo isso serve para demonstrar à pessoa que está a viajar que no consumo dela existe um componente não produtivo. Aqui tentei dar um exemplo em que no mesmo espaço físico, com uma mesma infra-estrutura básica, se articulam os dois tipos de consumo.

Agora, vejamos o exemplo de um mesmo bem que, com uma pequena transformação, passa de um a outro tipo de consumo: o automóvel. Existe o automóvel como bem corrente, com o painel em plástico, etc. e depois existem opções – nos carros exclusivamente destinados a trabalhadores não há opção nenhuma, mas nos carros médios tem-se opção: ou compra-se o carro médio standard, produzido exclusivamente com critérios de produtividade, ou compra-se o carro médio com componentes de produção de luxo. E então tem-se direito ao tal painel, que não é fabricado em plástico, mas em mogno com terminação de polimento à mão, ou qualquer pequeno elemento de produção artesanal não inserida nos critérios de produtividade. É isso que dá a característica do consumo de luxo.

Evidentemente, quanto mais se sobe nas hierarquias capitalistas, maior será essa componente de consumo de luxo. Podemos admitir o caso de capitalistas que comam pão fabricado em fornos de lenha, com tecnologia do tempo da avozinha. E tudo isso, toda essa publicidade que é feita, é publicidade da componente de luxo do produto.

Haverá, então, um limite rígido entre o que é produto para consumo de luxo e o que é produto para consumo corrente? Não. Eu não penso que no capitalismo, em nenhum modo de produção contraditório, e mesmo se alguma vez existir qualquer modo de produção onde não haja classes, não penso que em caso nenhum da sociedade exista algo susceptível de uma definição rígida. Mas, para não irmos mais longe, no capitalismo a separação entre o produto de consumo corrente e o produto de consumo de luxo resulta das lutas dos trabalhadores. Resulta, neste caso, das lutas dos trabalhadores em sistema de mais-valia relativa, ou seja, das lutas destes trabalhadores que conseguem obter um número cada vez maior de bens e de bens de cada vez maior qualidade. Não se trata,

portanto, dos trabalhadores em situação de miséria material, de mais-valia absoluta. Se nas suas lutas aqueles trabalhadores que podem aparecer como materialmente mais ricos conseguem acesso a um bem que até então era considerado bem de luxo, podemos estar certos de que acontece um conjunto de processos.

Primeira conseqüência: esse bem passa a inserir-se na produção de consumo corrente, ou seja, ele passa a obedecer aos critérios da produtividade.

Segunda conseqüência: a forma exterior desse bem não muda de imediato, porque é necessário que o trabalhador que reivindicou se convença durante um tempo de que está a consumir um produto de luxo. Ele julga, por exemplo, que está a consumir um sapato cosido à mão, com sola de couro cortada à mão e, na verdade, não está mais do que a consumir um sapato que é já produzido industrialmente, com todas as normas de produtividade, mas que, no entanto, mantém uma aparência que, à primeira vista, poderá fazer julgar que é ele cosido à mão.

Terceira conseqüência: é essa oscilação, esse vai-e-vem consoante as lutas sociais na definição do que é consumo corrente e consumo de luxo, que serve às classes capitalistas de sinal de alarme para travar, ou não travar, as concessões salariais. É que, quando os trabalhadores começam a consumir demasiados produtos de luxo, ou seja, produtos que foram de luxo e que agora são fabricados segundo as normas da produtividade, aí os capitalistas e toda a grande imprensa, os grandes órgãos de informação atrás deles se alertam e soltam gritos de indignação com o desperdício que se está a fazer, o esbanjamento, pessoas que agora só querem uma doce vida, etc, etc. É essa margem que é extremamente importante. Se lerem com atenção as páginas de publicidade das revistas destinadas exclusivamente às elites sociais e as compararem com as páginas de publicadade das revistas destindas à leitura corrente aprenderão, creio eu, muitíssimo mais sobre a diferença entre o consumo de luxo e consumo produtivo, do que se lerem qualquer manual relativamente à questão.

Ora bem, nós estamos numa Faculdade de Educação – e mesmo que não estivéssemos – quais são as conseqüências desse modelo no campo da educação?

Eu disse, a propósito da formação da força de trabalho, que tínhamos duas esferas em que a força de trabalho era formada: a esfera doméstica e a esfera das instituições especializadas. Depois, em debate, uma das pessoas presentes levantou, e muito bem, o problema da própria cidade, da sociedade em geral, da urbanização, como elemento de formação da força de trabalho dos capitalistas. Mas, para já, é a questão da educação que vou sobretudo abordar, e a educação, pelo menos tal como é formalmente considerada, não se passa tanto na rua como no interior da esfera doméstica, ou como no interior da esfera das instituições especializadas.

Quanto à esfera doméstica, nas duas palestras anterioes tentei mostrar que, quanto mais desenvolvido era o capitalismo, quanto mais a mais-valia relativa se reproduzia e alargava o seu âmbito, mais a esfera doméstica se restringia, porque era necessário dar maior qualificação à força de trabalho e as gerações anteriores eram incapazes de fazê-lo. Portanto, a formação da força de trabaho tendia a passar-se sobretudo para o âmbito das instituições especializadas. Não vou repetir o que disse nas palestras anteriores, somente vou chamar a atenção para fazermos o contraste com o que se passa na formação dos capitalistas. É que na formação dos capitalistas a esfera doméstica tem uma posição fundamental e ela é caracterizada por uma grande rigidez, não diminui a sua importância. Por quê? Porque há uma coisa que só um capitalista pode ensinar a outro capitalista: não encontro equivalente para a expressão francesa *savoir faire*, que é a habilidade adquirida na feitura de algo. Quando se vê aquele artesão da aldeia que é capaz num instante de fazer, sei lá o que, uma peça maravilhosa, diz-se que ele tem um *savoir faire* adquirido, aprendeu com o pai, o avô, aprendeu no meio que o circundava, sempre a ver como era, e num instante – ele já tem os gestos da mão incorporados – faz o objeto. O capitalista também tem esse *savoir faire*. Ele aprende-o na família. Essa educação do capitalista como capitalista é algo que, não digo que só um capitalista a possa dar, mas excetuando casos raros, no geral, é mais bem dada por um capitalista do que por qualquer outra pessoa. Sobretudo, aquilo que as famílias capitalistas são praticamente as únicas a poder dar não é a aprendizagem dos rituais e dos comportamentos que distinguem o capitalista do trabalhador. Isso aqueles elementos que conseguirem ascender de uma classe social para outra adquirirão, esses rituais, que o vão distinguir da anterior classe social. O que uma família capitalista é a única capaz de dar são os rituais e os comportamentos que fazem com que um capitalista seja reconhecido como capitalista pelos seus pares. São duas coisas distintas. Se alguém quer inserir-se *plenamente* entre os capitalistas, ser plenamente reconhecido como capitalista pelos restantes, tem de ter um duplo tipo de comportamentos: por um lado, os que o distinguem da classe trabalhadora, por outro lado os que o assimilam aos restantes capitalistas. E é por isso que os capitalistas falam com desprezo do *self made man*, daquele que se fez a si próprio, ou seja, que conseguiu passar da classe trabalhadora à classe capitalista, mas adquiriu unicamente o primeiro dos tipos de comportamento, o que o diferencia dos trabalhadores, e não conseguiu adquirir o segundo dos tipos de comportamento, o que o assimilaria aos restantes capitalistas. É esta, creio eu, a base social, e econômica também, para a importância da família na formação dos capitalistas. Forte distinção relativamente ao que se passa na formação dos trabalhadores, sobretudo em sistema de mais-valia relativa.

Vejamos agora a outra das esferas, a das instituições especializadas.

Em primeiro lugar, uma observação: à medida que a escola aparecer como produtora de trabalhadores, como referi nas duas palestras anteriores, então, aqueles profissionais escolares que não tiverem posição de dominância no interior da escola aparecem como trabalhadores, integrados nas classes trabalhadoras. Já insisti bastante nisso nas discussões que se sucederam a uma das palestras, foi esse dos pontos mais debatidos. Pode-se portanto ver, facilmente, que quando os instrutores especializados têm como função exclusiva a formação de capitalistas, eles têm então que se entender, ou como elementos das velhas profissões liberais, ou como elementos das classes capitalistas. Neste último caso são capitalistas produzindo capitalistas no interior de instituições especializadas.

O que se passa, no entanto, com bastante freqüência, sobretudo num período de transição dessas formas, como é o período que hoje atravessamos, é que os mesmos estabelecimentos de ensino articulam formação de trabalhadores com formação de capitalistas. Temos então exatamente o modelo do avião com duas classes, ou três. Temos uma componente não-produtiva, um serviço de luxo que é fornecido suplementarmente à criança ou jovem filho do capitalista que está numa instituição escolar genérica e que se destina a ser capitalista. Qual é essa componente? A família paga a um professor que, em casa da criança, ensina outra vez tudo aquilo que foi ensinado na escola pública, partindo do princípio de que o filho do capitalista é suficientemente burro para ter que aprender duas vezes aquilo que ao filho do trabalhador bastaria uma única vez para aprender. Eu não creio que os filhos dos capitalistas sejam tão burros, porque, de qualquer maneira, vão continuar sendo capitalistas, o que necessita de um mínimo de engenho. O que se passa por parte dessas famílias, a meu ver, é uma grande preocupação de que a criança fique somente formada pelo consumo de um serviço pensado segundo os critérios da produtividade. E então, lá vai aquele pedacinho, que as vezes é mesmo um pedação, de componente de serviços de luxo. De qualquer forma, reduzido o modelo aos seus limites mínimos, mesmo que não seja pago um professor suplementar, que dá lições em privado segundo uma técnica de ensino verdadeiramente decorrente das profissões liberais, mesmo que isso não se passe, há todo o ambiente familiar que serve, para a criança oriunda de um meio capitalista, de acréscimo de ensino, por oposição ao que se passa no ambiente familiar da criança saída do meio trabalhador. De uma forma ex-

tremamente sintética, penso ser esta a articulação que se processa na escola quando ela, ao mesmo tempo, forma elementos das classes capitalistas e da classe trabalhadora.

E o que é que o capitalista aprende na escola? Refiro-me agora aos componentes exclusivamente capitalistas do ensino, não quando ao mesmo tempo uma instituição escolar ensina futuros trabalhadores e futuros capitalistas, mas a partir do momento em que o ensino se torna exclusivamente formativo de capitalistas. A partir desse momento, que é que o capitalista aprende?

Primeiro aspecto: aprende um sistema numérico de indicadores e a aplicar esse sistema numérico a certas realidades e não a outras. Aprende que os indicadores considerados socialmente válidos se aplicam, por exemplo, à produção de bens e serviços, mas não e nunca ao conforto dos trabalhadores ou à plenitude de vida dos trabalhadores. Aprende a contabilizar os produtos mas, quanto aos acidentes de trabalho, só à medida que representem o pagamento de uma cota para o seguro; isto é, à medida que o acidente de trabalho represente um custo de produção, nunca à medida que o acidente de trabalho represente um diminuição física do indivíduo, que pode, inclusivamente, ir como se sabe, até a diminuição física total ou, como se costuma chamar em linguagem corrente, a morte. Os trabalhadores, por isso, morrem sempre em acidentes de trabalho, nunca são assassinados. E exatamente pela mesma razão por que um general nunca assassina as suas próprias tropas, mas unicamente as dos outros. Se quiserem ser generais, ou mesmo oficiais subalternos, têm que aprender uma coisa antes de mais: aprender a ter um objetivo em vista, que é o de atacar uma posição adversária independentemente do número de homens que estiverem sob as suas ordens e que morram. Não é independentemente na totalidade, claro, porque se morrer a integralidade dos soldados de um general ele ver-se-á com dificuldade em atingir o seu objetivo. Então, reformulo a definição e digo: o general aprende que o número de mortos dos *seus* homens é função, e exclusivamente função, do objetivo que ele quer alcançar. Tal como o número de acidentes de trabalho, mortais ou não, mortais de imediato ou a prazo, é única e exclusivamente função do tipo de produção que se quer organizar. É isso essencialmente que um capitalista aprende quanto ao primeiro dos aspectos que me propus considerar.

Ele aprende ainda uma segunda coisa, que resulta, não de um conteúdo, mas de uma forma. Aquele primeiro aspecto que indiquei seria uma espécie de caracaterística genérica dos conteúdos que se aprendem, vamos agora ver a questão as formas. Se analisarmos o sistema de ensino especificamente destinado a produzir capitalistas, vemos que ele se caracteriza por uma palavra: especialização, aumento de especialização. Toda a realidade existente é considerada como susceptível, unicamente, de ser analisada em categorias pré-estabelecidas. E para quem quiser analisar o genérico, o genérico não será mais do que, ainda, uma outra especialidade.

Isso quer dizer que no interior das classes capitalistas se desenvolveu um sistema de poder cada vez mais pluricentrado. Eu não vou repetir o que em artigos publicados no Brasil e num curso já dado aqui mesmo, nesta Faculdade, há anos, tive oportunidade de abordar, que é a passagem da predominância do que chamo de Estado Restrito para o que chamo de Estado Amplo. O Estado Amplo, que caracteriza a sociedade em que hoje vivemos, tem precisamente como característica ser pluricentrado. São os vários centros, são as grandes empresas, as grandes transacionais, os grandes aparelhos administrativos, os grandes aparelhos econômicos que se autonomizaram do Estado tradicional e que passaram a constituir centros de decisão própria. Qual é a estrutura de classe dominante que corresponde a um sistema de poder pluricentrado? Deixamos de ter uma chefia genérica que depois se ia alargando em várias subdvisões, tal como na heráldica eclesiástica os chapéus cadinalícios, deixamos de ter um modelo desse gênero, em que o topo era o controlador da generalidade. Temos hoje pluralidade de chefias e articulações entre pluralidades de chefias. É a esta articulação de pluralidades de chefias no interior de uma mesma elite que os órgãos de informação chamam democracia; ou é uma das acepções que dão à palavra. Temos então classes capitalistas em que as hierarquias internas de poder são tanto mais solidamente estabelecidas, quanto menos um ou alguns dos elementos controlarem as generalidades. Como ninguém controla a generalidade, todos obedecem aos restantes. É esta a base dos sistemas de poder e de dominação internos aos capitalistas.

Há toda uma corrente, sobretudo de origem francesa, que se divulgou depois, e não por acaso, pelo resto do mundo, que pretende confundir os sistemas de dominação dos capitalistas sobre os trabalhadores com os sistemas de dominação internos às classes capitalistas. São dois sistemas de dominação e hierarquias completamente distintos. Essa corrente, que confunde os sistemas de dominação, pretende, claro está, estabelecer uma espécie de confusão social em que todos nós estaríamos dominados, todos nós seríamos vítimas da repressão, do sistema penitenciário, do sistema de repressão sexual e outros; por conseguinte, todos nós seríamos vítimas, seríamos iguais aos trabalhadores. Pretende, portanto, apagar a diferenciação social. Pelo contrário, o que eu pretendo apresentar é um modelo que mostre que, se há um sistema de dominação dos capitalistas sobre a restante sociedade, ou seja, sobre os trabalhadores, existe também outro sistema de dominação, interno aos capitalistas.

Pode assim realizar-se a grande ambição dos capitalistas, a ambição da estabilidade política e social das classes capitalistas, que é ter um conjunto de classe inteligente constituído unicamente por elementos individualmente estúpidos, ou seja, capazes só de uma ação condicionada no interior de cada disciplina. Isso, que é um triunfo das classes capitalistas em situações sociais normais, torna-se, em situações de crise ou de convulsão social, um elemento de extraordinário fracasso e perturbação. Porque em momentos de crise social, quando a hierarquia tradicional dos capitalistas deixa de funcionar, então estes elementos ultra-especializados deixam de saber atuar por si próprios. E aquelas classes que pareciam tão coerentes, aquela adição inteligente de unidades estúpidas, passa então a ser caracterizada precisamente pelo aspecto de cada uma das unidades. Portanto, quanto maior for a componente de especialização na forma das classes capitalistas, tanto maior, em situação de crise social, será a incapacidade de reagirem, tanto mais rapidamente se desagregam, tanto mais elas, para empregar a expressão corrente, perdem a cabeça. Perdem a cabeça porque deixou de haver cabeça e a cabeça passou a ser uma das múltiplas especialidades.

Desta forma ultra-resumida e ultra-sintética – espero que em debate tenhamos possibilidade de aclarar e de desenvolver – pretendi expor o processo de formações das classes capitalistas, por contraste com o processo de formação da classe trabalhadora.

"A EDUCAÇÃO E AS CONTRADIÇÕES SOCIAIS RESULTANTES DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES E DOS CAPITALISTAS"

Nas três palestras anteriores procurei integrar a procriação na produção econômica. Para que o modelo apresentado fosse efetivamente completo e a integração econômica fosse total seria preciso referir, não só a procriação, mas também a morte. Tive oportunidade há pouco de ouvir, já em Belo Horizonte, na rádio, o slogan publicitário de um cemitério. E dizia esse slogan: "o cemitério mais moderno na cidade". Isso impressionou-me, que se pudesse fazer publicidade a um cemitério fazendo apelo à sua qualidade de moderno. Porque, parece-me, não há nada de mais antigo, de defintivamente antigo, do que um morto. Então, a palavra "moderno" não parece ter referência ao campo dos mortos, mas parece pertencer àquela constelação de termos que usualmente está em torno da idéia de produtividade. Isso levou-me a pensar que se poderia conceber, no capitalismo, uma produção da

morte e um consumo dos mortos. No entanto, deixemos isso para depois, porque a última palestra desta pequena série tem ainda como objetivo a produção dos vivos. Queria somente chamar a atenção para a possibilidade, eventual, de fazer o modelo da produção mais amplo ainda do que eu tenho aqui apresentado.

Quanto à produção dos vivos, proponho-me explicar um conjunto de contradições e conflitos sociais que geralmente são considerados exteriores ao campo da mais-valia e explicáveis por fatores sociais exteriores ao mundo da produção, mas que, em meu entender, se explicam cabalmente no interior do campo da mais-valia, se nós o alargarmos, como tenho pretendido fazer, à produção dos trabalhadores e se incluirmos na problemática da produção a produção também de capitalistas.

O primeiro aspecto para que lhes chamo a atenção é a diferença entre a estrutura familiar na classe trabalhadora e a estrutura familiar nas classes capitalistas.

Comecemos pela estrutura familiar na classe trabalhadora e comecemos por uma situação de mais-valia relativa. É este o primeiro dos casos que vou analisar hoje.

Disse já múltiplas vezes, repito agora somente para retomar o raciocínio, que em situação de mais-valia relativa a produção de trabalhadores ocorre cada vez mais nas instituições especializadas e cada vez menos no âmbito doméstico. Portanto o papel da família na produção das jovens gerações, em situação de mais-valia relativa, reduz-se. Qual é o resultado social dessa redução? A tendência à dissolução da família. Não se trata de uma tendência geral nem super ou supraclassista; trata-se, no meu entender, de uma tendência verificável nas famílias de classe trabalhadora, em situação de mais-valia relativa. Tendência à dissolução da família porque os filhos, educados sobretudo em instituições especializadas, e que aí adquirem uma qualificação superior àquela que a geração dos pais possui, por isso mesmo desprezam os pais. É a arrogância juvenil existente nesse tipo de países. Ao mesmo tempo reforça-se a solidariedade dos jovens educados nessas instituições especializadas, que ali se agregam, que aí são polarizados, que passam aí uma parte do tempo que, para suas qualificações, é muito mais essencial do que a que passam nas famílias. É desse modo, tecem-se relações de cultura juvenil, ou melhor, numa perspectiva dinâmica, de sucessivas culturas juvenis. Temos pois, ao mesmo tempo e como dois aspectos de um mesmo fenômeno, a diminuição da autoridade familiar e o aumento da inter-relação em cada geração de jovens, em classe trabalhadora, em situação de mais-valia relativa. Esta é uma primeira contradição, um primeiro tipo de conflito social, neste caso intrafamiliar, que freqüentemente é apresentado como exterior ao mundo da economia e que eu pretendo aqui, precisamente, apresentar como interno ao que considero ser o mundo da economia e por ele explicado.

Mas há ainda um segundo tipo de contradição, que lhes interessará, penso eu, muito mais diretamente, uma vez que são profissionais das instituições especializadas de formação de jovens, embora também, possivelmente, serão em casa, domesticamente, formadores de jovens – se de jovens capitalistas, se de jovens trabalhadores, isso ignoro. Essa segunda contradição resulta do seguinte: lembrem-se de que na primeira palestra falei de um crescendo de qualificação, na segunda pretendi mostrar a forma como o capitalista desvaloriza a força de trabalho que foi mais qualificada. O processo repete-se e o jovem sabe-o ou intui-o. E porque o sabe, o jovem, como uma possível reação – reação individual, não coletiva, mas reação individual nem por isso menos forte e que não devemos desprezar como reação individual – a essa desvalorização o que faz o jovem? Ele sabota a educação. A sabotagem da educação pelos jovens futuros trabalhadores em situação de mais-valia relativa constitui uma forma de pretender enganar o capitalista, que irá desvalorizar uma força de trabalho que ele julga mais qualificada e que o jovem decidiu desqualificar. Em última análise, dirão, ele enganar-se-á mais a si próprio do que ao capitalista, porque a sua própria desqualificação também não o beneficia. Sem dúvida, é esse o círculo vicioso de todas as contestações individuais contra o capitalismo. Mas nem por isso deixa de ser contestação, deixa de ser conflito, deixa de ser contrário, nos seus objetivos imediatos, ao capitalismo. Somente será, depois, mais facilmente recuperável. É deste modo que pretendo apresentar a sabotagem do ensino por um jovem que sabe que está ali a aprender mais, para poder depois trabalhar melhor, mas quando já desvalorizado. E temos então aquela situação corrente nos países onde predomina a mais-valia relativa, e aparentemente paradoxal, em que as culturas juvenis, as massas de jovens que tecem entre eles relações de solidariedade baseadas na escola, são arrogantes e orgulhosos por estarem numa situação que lhes deve, ou lhes deveria, ou lhes deverá dar maiores qualificações e, ao mesmo tempo, sabotam a aprendizagem dessas qualificações. Num dos debates fiz uma crítica às apreciações que o livro conhecido de Harry Braverman faz sobre essas questões, posso agora fazer um acrescento. É que a degradação do ensino, no que diz respeito à situação de mais-valia relativa, resulta, em boa parte, não de uma ação do capitalismo, mas de uma luta dos jovens futuros trabalhadores.

Temos ainda um terceiro tipo de contradição no interior dessa situação de mais-valia relativa, que é outra faceta das duas contradições anteriores. Falei da hostilidade e da arrogância por parte do jovem; vejamos agora a reação por parte do adulto. É que a força de trabalho da geração dos progenitores, precisamente por já se encontrar instalada, tem possibilidade de proteger a sua situação social, ao mesmo tempo que pretende atacar a situação social do jovem trabalhador. É freqüente nas negociações de contratos de trabalho, em situação de mais-valia relativa, ver a força de trabalho já instalada pretender preservar o seu nível salarial à custa da diminuição do nível salarial daqueles trabalhadores que se empregarem no futuro e que se pressupõe sejam as camadas mais jovens. É muito freqüente também, em situações em que o desemprego cresce maciçamente, que os trabalhadores já instalados pretendam preservar o seu direito ao emprego à custa do desemprego das camadas mais jovens. Porém, uma vez mais, se todo esse tipo de reações são conflitos sociais explicáveis pela hostilidade aos mecanismos capitalistas, são também conflitos sociais que o capitalista recupera facilmente, porque todo o aumento de diferenciações internas à classe trabalhadora contribui para a desvalorização global de toda a classe trabalhadora. Assim, os trabalhadores adultos – a força de trabalho já instalada – quando julgam que estão a defender a sua situação particular e pessoal, estão, na realidade, a apressar o processo de desvalorizações sucessivas.

Passemos agora a um segundo tipo de situações: o da força de trabalho em mais-valia absoluta. Por contraste com o que sucedia em mais-valia relativa a importância do trabalho doméstico na formação da nova força de trabalho é muito considerável. Penso ter insistido suficientemente sobre esse contraste, recordo-o agora unicamente para retomar o raciocínio. Quanto maior for a importância do âmbito familiar na formação da força de trabalho, tanto maior será a autoridade da família. Por outras palavras, quanto menor for a defasagem, em matéria de qualificações adquiridas, entre uma geração de trabalhadores e as seguintes, tanto maior será o respeito, ou tanto menor será o desrespeito, que as gerações seguintes votarão às anteriores. O jovem não tem qualquer razão particular, em situação de mais-valia absoluta, para ser, relativamente à geração dos progenitores, arrogante por um acréscimo de qualificações que, na realidade, não adquiriu. E então temos, em situação de mais-valia absoluta, na classe trabalhadora, a existência de condições favoráveis ao vigor da família. É o primeiro dos contrastes importantes entre a situação familiar da classe trabalhadora em cada um dos regimes de exploração.

Porém, em sentido contrário, atua um mecanismo muito forte. Quanto mais acentuada for a exploração em termos de mais-valia absoluta, tanto mais o trabalhador necessita, para completar o seu salário, de trabalhar exteriormente aos limites da jornada de trabalho na empresa; e tanto mais necessita de lançar membros da sua família para esse tipo de trabalho, ou

seja, tanto mais cedo a criança se assalaria. O que acontece, então, com o assalariamento prematuro dos jovens? Reparem, sublinho ainda a questão anterior: assalariamento prematuro do jovem é sinônimo de uma situação em que o jovem não adquire um número de qualificações superior à dos seus progenitores e isso reforça a família. Mas assalariamento prematuro dos jovens significa também crianças adultas e isso implica a ruptura familiar. E temos o caso extremo dessa ruptura, que é o menor abandonado.

Resulta daqui a contradição, absolutamente insolúvel e permanente em termos de mais-valia absoluta, entre essas duas linhas de tendências. A tendência ao reforço da família trabalhadora, enquanto quadro ideológico-social de referência; e a tendência à degradação e à ruptura real e econômica da família. E então eu posso concluir esta parte dedicada ao problema da família trabalhadora em situação de mais-valia absoluta, corrigindo o que disse há pouco. Há pouco disse: reforço da família. Agora corrijo e digo reforço da hipocrisia da moral familiar. A contradição entre essas duas linhas de tendência opostas, uma que reforça a autoridade doméstica e a outra que joga a criança fora da família, é precisamente a base para transformar a moral familiar, de moral real, em hipocrisia moral.

Muito brevemente, tentemos agora articular a situação de mais-valia relativa com a situação de mais-valia absoluta. Falei já da existência de guetos, de ilhéus, de mais-valia absoluta no interior de zonas de mais-valia relativa. É essa a base do que penso poder chamar: as irredutíveis do insucesso escolar. São aquelas crianças oriundas de um regime de mais-valia absoluta e projetadas para o interior de escolas onde a maioria dos alunos provém da situação de mais-valia relativa. Mas, se nos lembrarmos de que esses jovens em situação de mais-valia relativa podem, e fazem-no cada vez com mais freqüência, sabotar a aprendizagem, temos que um efeito reforça o outro. E os irredutíveis do insucesso escolar aparecem para os sabotadores da aprendizagem como uma verdadeira vanguarda, acelerando a sabotabem do ensino em sistemas de mais-valia relativa. É uma forma de articulação no nível das lutas sociais – individuais, não há dúvida, mas coletivas também, porque esses jovens estão unidos – é uma forma de articulação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A crise da escola nas sociedades hipercivilizadas explica-se por muitas coisas, claro, mas todas elas, a meu ver, integram-se no quadro geral que acabei de apresentar.

Temos agora uma terceira situação, a das classes capitalistas. Pretendi, na palestra anterior, mostrar a importância do contexto doméstico na formação dos capitalistas. Mesmo que, em termos relativos, a importância dessa esfera familiar diminua, em termos absolutos ela aparece irredutível, enquanto que na classe trabalhadora, em situação de mais-valia relativa, a esfera familiar diminui de importância tanto em termos relativos como absolutos. Assim, a importância do contexto doméstico na produção de capitalistas, a ausência de uma verdadeira problemática de defasagens entre gerações de capitalistas no que se refere a qualificações, tal como são entendidas para a força de trabalho, tudo isso contribui para reforçar a autoridade familiar e prolongar o período de estada do jovem no interior da família ou, pelo menos, prolongar a sua estada no interior do quadro familiar. E, então, qual o resultado? Contrariamente ao que sucedia para a classe trabalhadora em situação de mais-valia relativa, o resultado é que a autoridade familiar se mantém. E contrariamente ao que sucedia para a classe trabalhadora na situação de mais-valia absoluta, o resultado é que essa autoridade familiar se mantém como autoridade real, e não como uma hipocrisia moral. Se este modelo for correto, conclui-se que o quadro familiar real impera sobretudo nas classes capitalistas. Sem contradições? Não. Há uma contradição bem interior ao capitalismo. Basta lembrar a peça de Shakespeare, King Lear, ou o filme de Kurosawa nela inspirado, para vermos a contradição entre o respeito e a cobiça. Entre o respeito que o jovem capitalista tem pela capacidade de exploradora, pelo *savoir faire* de explorador, pela técnica capitalista das gerações anteriores; e a cobiça para lhes suceder o mais rapidamente possível nessa situação de predomínio social. Se se lembrarem do filme de Kurosawa ou da peça de Shakespeare, verão que os filhos, no filme, ou as filhas, na peça, não têm qualquer desprezo pelo pai. Pelo contrário, é o respeito pelo pai que os faz cobiçar a coroa ou o trono. Não se trata de um desrespeito de gerações, como por parte dos jovens trabalhadores relativamente aos progenitores em situação de mais-valia relativa. Também não se trata de uma situação familiar como entre os trabalhadores em mais-valia absoluta, em que o jovem não pode cobiçar a situação dos pais porque ela nada têm de desejável. Trata-se da conjugação entre o respeito por quem sabe explorar e o desejo de lhe suceder nessa função. Uma grande parte das lutas políticas de jovens universitários de elite explica-se por esse fato. Em todos os países onde existe um bloqueio social – estou a lembrar-me, por exemplo, de Portugal na época do salazarismo – quando a classe trabalhadora era drasticamente afastada da universidade, o movimento estudantil explicava-se, em meu entender, pela razão única, e para além de todos os pretextos ideológicos que na altura eram invocados, pelo desejo de suceder rápida e maciçamente às gerações decrépitas. Por alguma coisa, aliás, quando as gerações decrépitas foram expulsas do poder, o movimento estudantil terminou em Portugal. São hoje esses jovens que estão já no trono do rei Lear.

Que podemos nós concluir da conjugação dessas três situações familiares?

Parece-me poder concluir-se que é numa sociedade – entendendo sociedade como trabalhadores, mais capitalistas, numa sociedade de mais-valia absoluta – que a estrutura familiar é mais forte. Ela tem quadros reais fortes, provenientes das classes capitalistas, e quadros de moral, de hipocrisia moral, e de ideologia para os quais contribui também a classe trabalhadora. Penso que isto é empírico e superficialmente constatado, mesmo pelos mais desatentos observadores, quando se compara a situação familiar nos países ditos subdesenvolvidos, com aquela que impera nos países ditos mais desenvolvidos.

Sendo assim será na situação de mais-valia relativa que maior é o contraste entre a problemática familiar dos trabalhadores e a dos capitalistas. É nessa situação, então, que parece ser mais fácil a distinção, no nível social, entre jovens trabalhadores e jovens capitalistas. Parece, portanto, que será em situação de mais-valia relativa que os jovens mais facilmente poderão fazer um aprendizado de classe, quer dizer, desde início, intuírem, passarem mesmo para as suas reações inconscientes, a situação em que se encontram: ou capitalistas, ou trabahadores.

No entanto, e como sempre, aliás, nas sociedades, há uma tendência em sentido contrário. Reparem, é nas situações de mais-valia relativa que mais forte é a mobilidade social ascendente interna às classes capitalistas. O que é, aliás, facilmente explicável, pois se mais-valia relativa significa um acréscimo, um desenvolvimento da exploração, então, é esse o terreno propício à melhoria da situação de um número crescente de capitalistas, sob o ponto de vista do lucro de que se apropriam. Portanto, quanto mais forte for a componente de mais-valia relativa numa sociedade, maior será a mobilidade social ascendente no interior das classes capitalistas. E então ocorre algo de específico. Um jovem capitalista que se encontra provido de uma capacidade de explorar mais-valia que é mais favorável, para ele, comparativamente com a situação dos seus progenitores, passa a ter formas de desprezo em relação a essa geração dos progenitores. Vejamos com atenção: a base econômica da questão é diferente aqui e na classe trabalhadora. Na classe trabalhadora o problema resulta essencialmente de um crescendo de qualificações. E "qualificações", repito, só tem sentido atribuir-se, neste contexto, à força de trabalho. Qualificações, neste sentido, são qualificações para produzir o excedente de tempo de trabalho relativamente aquele que está incorporado no produtor e isso só diz respeito à classe trabalhadora. Portanto, se vamos falar em termos de desprezo da geração de jovens relativamente às anteriores, a fundamentação social e econômica desse desprezo no caso

da classe trabalhadora e no caso das classes capitalistas é absolutamente distinta. Mas as suas conseqüências culturais e psicológicas confundem-se.

É isso, precisamente, que leva no interior das sociedades de mais-valia relativa ao aparecimento, difusão e importância das modas interclassistas, das que reúnem classes sociais diferentes numa mesma moda. Moda em sentido amplo, no sentido da cultura, do comportamento cultural, o que se veste, o que se come, o que se dança e o que se fala. O que caracteriza as modas nesta situação não é cada moda, é a sucessão delas. O mal é quando se entra na moda no momento errado. Isto demonstra que não é cada moda que é importante, mas a sua sucessão. A sucessão de modas é precisamente a forma de exprimir, de marcar a sucessão de gerações. A sucessão de modas será tanto mais rápida, quanto mais rápida for a sucessão de gerações socioeconômicas. Assim, ao mesmo tempo que jovens futuros trabalhadores utilizam a moda para marcar a sua ascendência, em termos de maior qualificação, relativamente às gerações anteriores, jovens capitalistas em mobilidade social ascendente utilizam a moda para marcar a sua qualidade de apropriadores da mais-valia em situação mais benéfica do que a das gerações capitalistas anteriores. Temos, portanto, em situação de desenvolvimento da mais-valia relativa, a mesma moda para os jovens trabalhadores e para os jovens capitalistas.

Mas teremos? Será a mesma moda? Não é, porque no interior dessa sucessão, permanentemente, o jovem capitalista pretende distinguir-se do jovem trabalhador. Permanentemente inventa uma moda ou uma maneira de usar a moda, ou se apropria do ritmo da moda antes que o jovem trabalhador o faça. Ao mesmo tempo que a moda exprime uma aparente fusão de situações sociais em classes distintas, vai marcando a distinção entre as classes. É este, penso eu, um quadro que permite explicar as ambigüidades interclassistas no interior da cultura de gerações que é tão importante nos países chamados mais desenvolvidos; e é este também o quadro que, espero, permite explicar como, no interior dessas ambigüidades, vão-se ao mesmo tempo reconstituindo as diferenciações de classe.

E chego, assim, ao fim deste conjunto de palestras. Se posso sintetizar o percurso que pretendi fazer, é o seguinte. Pretendi inserir, na esfera da produção, a produção de algo que em geral é afastado dessa esfera: pessoas. Pessoas produtoras e pessoas improdutivas. E pretendi agora, tentando deste modo comprovar o realismo do modelo, mostrar que, se essa esfera da produção for assim entendida, fenômenos que freqüentemente são explicados apenas na área da sociologia, que freqüentemente são considerados superficiais demais ou fugazes demais para terem explicação infra-estrutural, encontram, no entanto, na infra-estrutura a sua explicação cabal ou, pelo menos, o quadro explicativo que permite analisá-lo de todas as maneiras.